

DEMOGRAFIA HISTÓRICA

15.1 INTRODUÇÃO

A *demografia histórica* é um campo bastante particular da demografia onde se desenvolvem técnicas próprias para lidar com as deficiências dos dados arquivais e de outras fontes não convencionais que servem de base para a reconstrução da história da população (ver, por exemplo, Nadalin, 1994, 2004; Fauve-Chamoux, Bolovan e Sogner, 2016). Trata-se de um investimento muito grande que dá retorno só no longo prazo. Algumas percepções recentes sobre a transição demográfica na Europa devem muito ao trabalho incansável dos demógrafos historiadores que juntaram dados durante várias décadas para poder contribuir à discussão de algumas tendências históricas insuficientemente compreendidas no passado.

Desde que Louis Henry e outros demógrafos franceses começaram a desenvolver estes métodos nos anos 60 do século passado, a tendência tem sido distinguir entre a “demografia histórica” e a “história da população”. Até certo ponto, a distinção é análoga à distinção entre demografia e estudos de população (ver Capítulo 1), no sentido de que a demografia histórica trata da recuperação dos dados e estimativas de indicadores demográficos do passado, enquanto a história da população se preocupa com a interpretação e explicação das tendências observadas, no seu contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental. Nazareth (2004) resume a distinção da seguinte forma:

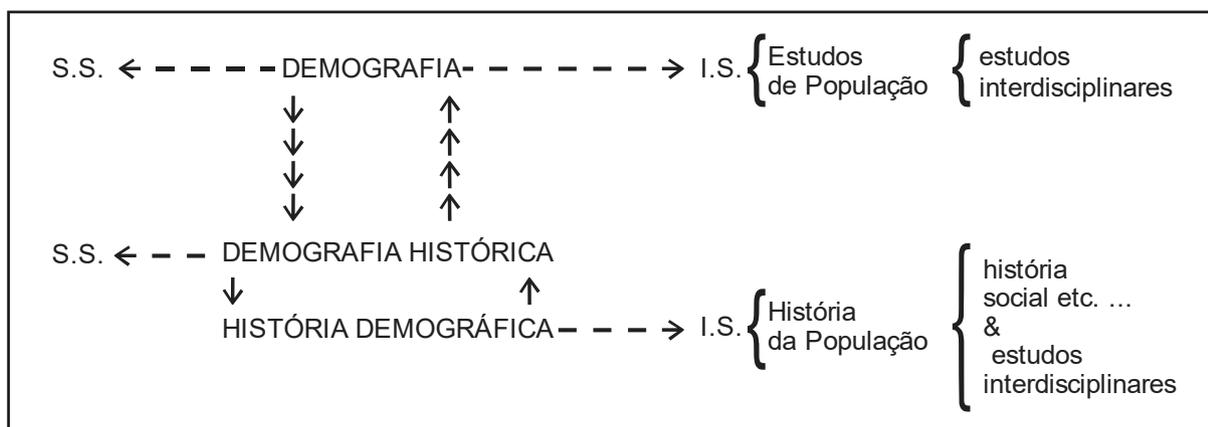
Enquanto a história da população procura refletir sobre os dados existentes acerca do estado e dos movimentos das populações do passado, a demografia histórica define-se, sobretudo, a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado. A história da população limita-se à utilização dos

dados demográficos para explicar o passado numa perspectiva de dinâmica social. (...) Antes do aparecimento da demografia histórica, a história da população utilizava predominantemente dados brutos recolhidos diretamente nas fontes manuscritas ou indiretamente nas fontes impressas. Posteriormente, com o desenvolvimento dos resultados obtidos pela demografia histórica, a história da população passou a utilizar indicadores mais sofisticados (Nazareth, 2004: 50 apud Bacellar et al., 2005).

Dessa forma, Nadalin (2004) estabelece as seguintes marcações de área, ao apresentar o esquema da Figura 15.1:

A Demografia, no stricto sensu (s.s.), restringe-se aos seus aspectos e objetivos formais e quantitativos; no outro pólo (latu sensu, l.s.), desdobra-se para uma área de estudos interdisciplinares, cujo denominador comum é a população. Numa perspectiva da história, a “Demografia Histórica”, de um lado, representaria melhor o quadro formal da demografia, enquanto uma “História Demográfica” tenderia a uma abertura à história da população ou, talvez melhor, das populações (Nadalin, 2004: 73).

Figura 15.1: Esquema das áreas do conhecimento relativas à demografia histórica e suas interações



Fonte: Nadalin (2004): 73.

Essa delimitação de áreas possibilita evidenciar a inserção da demografia histórica nas demais áreas do conhecimento, como forma de compreender seus próprios canais de crescimento e aprimoramento. Nesse sentido, a demografia histórica e a demografia stricto sensu crescem mutuamente ao superarem seus desafios intercambiando modelos teóricos com o fim de compreender melhor o contexto de um passado mais recente ou mais antigo da população. A demografia histórica também deve estabelecer diálogos com a história social e outras áreas, para construir uma história da população mais aprimorada e contextualizada. Por exemplo, é preciso para a demografia histórica, no estudo de família, compreender que, no Brasil, os filhos adultos que ainda estavam sob a chefia paterna, na família, não tinham direito a voto, pela Constituição de 1824, e que, no estudo pirâmide etária de uma população, havia um desconhecimento completo da idade para a maior parte da população no século XIX¹.

Outros autores como Reher (2000) rejeitam a distinção entre demografia histórica e história da população ou pelo menos a consideram superada, na medida em que em última instância o objetivo da recuperação de dados não convencionais que se realiza na demografia histórica nada

¹ Ver os verbetes “Filhos família”, em Botelho e Reis (2008: 262) e “Pagode” (Botelho e Reis, 2008: 303-304).

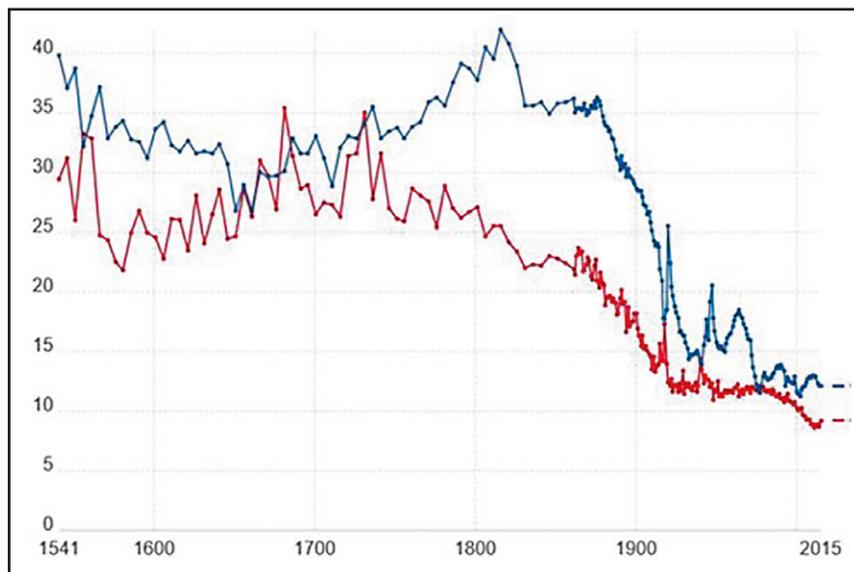
mais é do que um dos elementos utilizados para desvendar a história da população. Em países como a Inglaterra, o estudo da população do passado encontra-se bem avançado². Entretanto, o debate continua e se reflete, por exemplo, na afirmação de Costa (1999, 2013) quando qualifica a demografia histórica no Brasil da seguinte forma: “Muito de história e pouco de demografia”, revelando “uma carência em termos de domínio dos métodos e técnicas desenvolvidos pela demografia formal”. Uma observação semelhante é feita por Botelho quando escreve:

No caso do Brasil, a demografia histórica estabeleceu-se a partir de trabalhos pioneiros de reconstituição de famílias. Daí, expandiu-se para áreas que tinham a população como centro de preocupações, mas que tocavam outros campos dos estudos históricos. Esse trajeto vivido pela disciplina deu-lhe uma grande legitimidade face à historiografia brasileira, graças à incorporação de fontes e temas pouco pesquisados, como a família, as relações de gênero, a infância, os estratos mais baixos da população, dentre outros. Entretanto, deve-se reconhecer que os avanços no campo estritamente demográfico foram relativamente modestos. Em outras palavras, embora essa história demográfica tenha se firmado como referência importante para a compreensão do passado brasileiro, o estudo de muitas das variáveis demográficas das nossas populações no passado está por ser feito (Botelho, 2001: 31).

A demografia histórica preenche uma lacuna entre a historiografia tradicional e os estudos sociais modernos que corrige certos vieses de ambos. Do lado da historiografia, o surgimento da demografia histórica contribuiu significativamente para uma conscientização acerca da importância do uso das estatísticas demográficas, econômicas e sociais da época e a necessidade de submeter a veracidade dessas estatísticas a uma análise crítica e correção. Anteriormente esses dados muitas vezes eram usados de uma forma pouco cuidadosa, sem tomar em conta os seus vieses inerentes. Por exemplo, Nazareth (1996) critica a frequente afirmação de que a mortalidade infantil aumentou no século XVIII, quando a razão do aumento aparente foi a melhoria dos registros. Por outro lado, a demografia histórica em várias instâncias teve a incumbência de relativizar ou até desfazer certas percepções excessivamente esquemáticas sobre o decorrer de processos de longo prazo como a transição demográfica. Como exemplo, compare o Gráfico 2.1 do Capítulo 2, que representa o esquema teórico da transição demográfica, com o Gráfico 15.1, que mostra como o processo ocorreu historicamente na Inglaterra e Gales.

² As análises dos comportamentos demográficos do passado e seus resultados foram conduzidas com tal detalhe que agora muito mais se sabe sobre muitos aspectos da demografia inglesa do que no período contemporâneo aos registros paroquiais pós-1837, quando o Recenseador Geral recolheu e publicou informações (Wrigley et al., 1997: contra capa).

Gráfico 15.1: A transição demográfica na Inglaterra e Gales (natalidade em azul, mortalidade em vermelho)



NB: Os dados de mortalidade excluem as vítimas das duas Guerras Mundiais

Fonte: <https://ourworldindata.org/world-population-growth>.

Embora a Inglaterra represente de certa forma o modelo em que o esquema da transição demográfica se baseia, o Gráfico 15.1 mostra várias divergências com a visão esquemática apresentada no Gráfico 2.1 do Capítulo 2. No primeiro lugar, a mortalidade e natalidade não estiveram constantes ou mesmo oscilantes antes do início da transição³. Deixando de lado o aparente aumento da mortalidade, que pode ser o resultado da melhoria do registro, houve uma diminuição sistemática da natalidade entre a segunda metade do século XVI e o início do século XVIII. Em segundo lugar, a segunda fase da transição foi o resultado tanto de um aumento da natalidade como da queda da mortalidade. Finalmente, quando a natalidade começou a cair no final do século XIX, o processo não foi gradual, mas ocorreu de uma forma bastante súbita.

No caso da mortalidade, Nazareth (1996) chama a atenção para as “crises de subsistência” que muitos autores antes da década de 60 atribuíam a colheitas medíocres causadas por acidentes climáticos que em seguida impactaram no estado de alimentação da população, provocando crises de mortalidade. Mas na medida em que o tema foi investigado mais detalhadamente, ficou evidente que as crises não sempre aconteceram desta forma. Em muitos casos, os preços dos alimentos

³ Deve-se considerar que do século XVI ao XVIII, em especial, a Inglaterra passou por mudanças bruscas na condução da sua economia que abalou as estruturas da sociedade tradicional, em especial, o século XVII, que foi revolucionário não só no aspecto político, com as revoluções de 1640 a 1688, mas também nas relações entre população e economia, pois acelerou o processo de fechamento dos campos (enclousures) e criou condições para que houvesse a revolução agrícola do século XVIII, que aumentou a produção e a produtividade do campo, libertando o país da armadilha malthusiana. O surgimento da racionalização da produção sob lógica capitalista e o processo de urbanização estão nas bases dos fatores que induziram a redução da fecundidade a partir do século XVIII. Do século XVIII em diante, parte do fenômeno da evolução da mortalidade tem como pano de fundo, o aumento da desigualdade social no período inicial que foi sucedido por aumentos salariais a partir de 1850, com a virtuosidade econômica da revolução industrial e da elevação do país à condição de país hegemônico da economia mundial (Wood, 2001; Arrighi, 2008).

aumentaram simultaneamente com o aumento da mortalidade: “Existem crises de mortalidade sem que tenham existido crises de subsistências e vice-versa”.

Segundo alguns pesquisadores (McKeown, 1976), a queda da mortalidade na Inglaterra a partir de 1750 ou 1760 foi devida principalmente a fatores socioeconômicos alheios à medicina, tais como avanços tecnológicos na agricultura, melhorias na alimentação, a redução significativa dos episódios de fome e a redução da letalidade das infecções que tinham sido responsáveis por grandes epidemias na Idade Média. Entretanto, pesquisas mais detalhadas por parte dos demógrafos históricos do Grupo de Cambridge (Wrigley e Schofield, 1981; Schofield, Reher e Bideau, 1991; Szreter, 1988) posteriormente mostraram que esta explicação não se sustenta nos fatos e que certas medidas de saúde pública tais como o controle sanitário da qualidade da água e do leite e a quarentena de pessoas com tuberculose, bem como o desenvolvimento dos hospitais, tiveram um efeito significativo sobre a mortalidade mesmo naquela época. Outros fatores que contribuíram foram o aumento do uso do sabão e de roupas mais facilmente laváveis de algodão, bem como a consolidação do estado que melhorou as condições de segurança pública. Livi-Bacci (1999), por outro lado, levantou dúvidas sobre a tese de que a diminuição da mortalidade na época pudesse ter sido o resultado de melhorias na alimentação. Entretanto, apesar das evidências contrárias a tese de McKeown (1976) continua a gerar certa polêmica no meio científico (Colgrove, 2002; Grundy, 2005).

Como já se mencionou no Capítulo 2, a transição em outros países, inclusive europeus, desviou do esquema de maneiras ainda mais significativas, devido a circunstâncias históricas específicas. Por exemplo, a queda muito precoce da natalidade francesa, que ocorreu essencialmente de forma simultânea com a queda da mortalidade, foi devida, em grande medida, ao sistema de herança das propriedades rurais na França depois da Revolução Francesa que substituiu a herança pelo filho primogênito por um sistema de direitos igualitários, devido ao qual famílias grandes corriam o risco da subdivisão das suas terras em parcelas economicamente inviáveis (Banco Mundial, 1984: Cap. 4).

O tempo entre a queda inicial da mortalidade e a queda posterior da fecundidade varia e esta é uma das características da teoria de transição demográfica que evoca mais interesse, já que este tempo determina o volume total de crescimento da população que ocorre antes que se estabeleça um novo equilíbrio. A ilustração mais conhecida deste princípio são as evoluções históricas distintas das populações da Inglaterra e da França. Como se mencionou no ponto anterior, a Inglaterra teve uma segunda fase relativamente prolongada da transição demográfica que durou um pouco mais de um século (de 1750 ou 1760 até 1870). Durante este período a população inglesa aumentou por um fator 3-4. Já na França, a terceira fase da transição demográfica foi quase simultânea com a segunda. Por esta razão a França quase não teve um período de rápida expansão demográfica. O crescimento total da sua população durante o mesmo período foi só aproximadamente 50%. Como resultado, a Inglaterra, que em 1750 tinha uma população muito menor do que França, em 1870 acabou tendo uma população comparável com a francesa e no início do século XX inclusive passou a França como a terceira maior população da Europa.

Outra descoberta resultada de pesquisas sobre dados históricos foi a existência de um padrão de casamentos tardios, com altos índices de celibato definitivo que existiu na Europa Ocidental (mas não na Rússia ou nos Balcãs) desde pelo menos 1500, o chamado *padrão europeu de casamento*. Hajnal (1965) descobriu que as mulheres se casavam, geralmente, por volta dos 25 anos e que mais ou menos 20% nunca se casaram. Ele também descobriu que os domicílios eram, em

sua maioria, nucleares e que os casais jovens tipicamente não viviam com os pais do noivo ou da noiva. Estes resultados foram uma surpresa para muitos historiadores e sociólogos da família que na época acreditavam que os casamentos eram precoces e quase universais e que havia uma incidência elevada de famílias extensas.

Como síntese, a transição demográfica talvez seja o elemento que une, mas também, que separa a demografia (atual) da demografia da histórica, pois se de um lado, nos estudos das populações contemporâneas, é difícil descrever as tendências de nascimentos, mortes, taxas de crescimento, mudanças na estrutura etária sem fazer referência à transição demográfica (Rowland, 2003: 17), por outro, a demografia histórica (nos seus diálogos com a história social) é chamada a investigar a lógica das sociedades pré-transicionais com suas altas taxas de mortalidade e natalidade e suas dinâmicas peculiares, bem como a ruptura dessa ordem, dando início aos movimentos transicionais da população. Uma melhor compreensão de cada população, contudo, decorre quando há o entendimento do passado e presente, o que permite a melhor análise sobre as possibilidades para a população no futuro.

15.2 DADOS USADOS NA DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Não seria exagero dizer que a demografia histórica é definida em grande medida pelos seus dados. Enquanto os estudiosos de outros aspectos da demografia sempre têm pelo menos a opção teórica de gerar dados adicionais para aprofundar as suas análises, o demógrafo historiador definitivamente precisa se contentar com os dados que a história fornece e que se caracterizam por desafios particulares em cada lugar: a reconstrução da dinâmica demográfica das populações nativas na África onde as fontes oficiais muitas vezes cobriam só a população europeia, a dinâmica das populações escravas e dos imigrantes no Brasil e a documentação da emigração histórica havida em Portugal. Dessa forma, não há como discordar de Maria Luiza Marcílio (1977: 18), para quem “sem dados não há demografia”.

Contudo, pode-se inverter a frase acima para mostrar o quão importante é o outro caminho de pesquisa: “Sem demografia (teoria), não há dados”. Assim o uso de teorias pode fazer avançar estudos sobre determinada população histórica, mesmo que haja escassez de dados. Dessa forma, mesmo na ausência de registros paroquiais de casamentos, pode-se aferir idade média ao casar (uma informação importante para a compreensão da fecundidade em populações antigas, sobretudo) tendo apenas um censo com idades e estados civis dos habitantes, o que foi desenvolvido por Hajnal (1953), com o método de SMAM (Singulate Mean Age at Marriage), que é apresentado no Capítulo 12.

Existem muitas outras fontes que podem ser utilizadas, tanto escritas como não escritas. Hollingsworth (1969) lista 19, incluindo documentos fiscais e militares, registros de propriedades, testamentos, acordos nupciais, estimativas de testemunhas e viajantes, registros de preços, o número e a extensão territorial das cidades, restos mortais ou arqueológicos, a geografia administrativa, a construção de prédios novos ou a cultivo de terras e as inscrições de túmulos. Em termos do tipo de dados disponíveis a demografia histórica pode ser dividida em diferentes períodos. Marcílio (1996) considera o período até 1750 no Brasil como *pré-estatístico*. Para o caso de Portugal, Bandeira (1996) considera que para o estado (estoque) da população praticamente não existe informação antes de 1527-1532 e para o movimento (fluxo) da população não antes de 1560. Isso

não quer dizer que não haja nenhuma base para a análise desses períodos. Rodrigues (2008: 78-80) faz referência a diversos tipos de documentos, sobre propriedades de terras, cadastros, listas de besteiros (soldados) e de tabeliães e outros tipos de material arquivado, que podem ser usados para formar-se uma ideia sobre as tendências demográficas em Portugal entre 1000 e 1500. Mas não se trata de dados propriamente demográficos.

Talvez a prática mais conhecida da demografia histórica seja a *reconstituição das famílias* por meio dos registros paroquiais das igrejas, eventualmente combinada com as listas nominativas. Diferentemente das bases de dados contemporâneas, nas quais a identificação de indivíduos sempre encontra muitas restrições, os registros históricos podem usar os nomes dos indivíduos para acompanhá-los desde o nascimento até o casamento, o batismo dos seus filhos e ultimamente a sua morte. Nazareth (1996) descreve em algum detalhe como antigamente funcionava o processo de reconstituição das famílias a partir de registros paroquiais, seguindo a metodologia de Henry (1977, 1988). Para maiores detalhes o leitor pode consultar o trabalho original de Henry, já que está disponível em português.

Além disso, os nomes podem ser usados para ligar a informação dos registros paroquiais com a informação sobre domicílios (agregados familiares) nas listas nominativas – onde estas existem –, de modo que se sabe não apenas quando um determinado indivíduo nasceu e se casou, mas também onde morava e com quem. No meio deste processo surgem frequentes obstáculos, como variações na ortografia dos nomes, pessoas que saíram da comunidade ou registros que simplesmente perderam-se ao longo do tempo. No passado a junção de todas as informações sobre eventos registrados tinha que ser feita manualmente num tipo de quebra-cabeças documental, mas em anos recentes foram desenvolvidos softwares que ajudam nesta tarefa, como o NACAOB (de NAscimentos, CAsamentos e ÓBitos), que foi desenvolvido no Brasil, com apoio do CNPq (ver, por exemplo, Scott e Scott, 2009, 2012, 2013). Para informações mais gerais sobre estas metodologias existe uma ampla bibliografia, por exemplo Amorim (1982, 1993), Arretx, Mellafe e Somoza (1983), Cardoso e Pérez-Brignoli (1983), Henry (1977, 1988), Mendonça (1993), Reher (1995), Servo e Marcondes (1995) e Tupy (2002).

Um obstáculo de outro tipo tem a ver com a escala dos estudos. Os métodos de reconstituição de famílias funcionam melhor no nível local, da paróquia. Juntar a informação de diferentes paróquias, tomando em conta a migração e os casamentos entre membros de comunidades diferentes, já pode ser mais desafiador, e generalizar os resultados para o nível regional e nacional é uma tarefa árdua em que tipicamente é preciso fazer múltiplos supostos sobre a dinâmica demográfica nas paróquias não diretamente investigadas.

Os registros paroquiais também tinham sérias limitações. Além da falta de registro de óbitos, aqueles registrados eram passíveis de erro de declaração de idade. Se a pessoa nasceu na mesma comunidade, a idade correta muitas vezes pode ser calculada a partir do registro de nascimento, mas se não nasceu no local isso pode ser mais difícil. Este é um dos problemas enfrentados pela demografia histórica brasileira em função da alta mobilidade da população. Como Bacellar, Scott e Bassenezi (2005: 343) observam: “O método de reconstituição de famílias de Henry foi concebido a partir da realidade das populações francesas, que apresentavam um grau de mobilidade espacial relativamente diminuto e localizado. No Brasil, a elevada mobilidade e a longa distância impunham dificuldades na abrangência do método, uma vez que parcelas significativas da população tendem a ficar de fora da análise”. A causa de morte geralmente não era registrada, embora

as menções de certas categorias de causas aumentem no século XIX. Os registros de crianças que morreram no primeiro ano de vida muitas vezes são incompletos, como lembra Reher (1997: 106): “Em muitos países de tradição católica, um dos obstáculos à investigação em demografia histórica tem sido o registro de mortes durante os primeiros anos de vida, que em muitos casos não chega a ser aproximadamente completo até datas relativamente tardias. A Espanha é um exemplo deste tipo de problema, já que na maioria das paróquias o registro de falecimentos infantis não era considerado aceitável até a segunda metade do século XVIII. Inclusive para datas posteriores existem dúvidas razoáveis sobre se os registros de óbito de crianças de pouca idade eram realmente completos”. No caso de pessoas de maior idade frequentemente falta o nome do cônjuge. Para suprir estas lacunas às vezes é possível recorrer a outros registros que contribuem para o estudo da mortalidade, como o amplo acervo da Santa Casa de Misericórdia que existe no caso de São Paulo (Albino e Marcondes, 2018).

Devido ao alto custo, muitas pessoas mais pobres não se casavam e mesmo quando há um registro do casamento, muitas vezes não há informação sobre algumas das características importantes dos noivos, como a sua ocupação. Por outro lado, se um dos noivos era viúvo e se casava de novo, a ata geralmente fazia nota disso. No caso dos nascimentos, os registros paroquiais davam mais importância aos batismos do que aos nascimentos como tal e a informação muitas vezes é incompleta quando se trata de nascimentos ilegítimos ou de crianças abandonadas. Em Portugal, onde existem dificuldades parecidas, o método de reconstituição de famílias foi modificado e ampliado para a reconstituição de vidas individuais, usando a combinação de múltiplas fontes documentais (Amorim, 1995).

O estabelecimento de um sistema de registros paroquiais em Portugal foi relativamente tardio. Em outros países católicos, como a França, esta prática foi formalizada com a ordenança de Villers-Cotterêts, de 1539, mas em muitos lugares já existia no século XV⁴. Em Portugal, entretanto, é só a partir do século XVI que os registros paroquiais permitem análises demográficas com algum rigor.

O período de 1750-1872 no Brasil é caracterizado por Marcílio como *proto-estatístico*, marcado pela produção de censos regionais, na forma das listas nominativas. Bandeira delimita esta segunda fase em Portugal como o período entre 1527 e 1801, no que se refere ao estado da população e entre 1560 e 1860, no que se refere aos movimentos. Embora haja muita informação para este período, a sua qualidade é muito variável.

Deve-se considerar que a modernização do Estado propiciada por Marquês de Pombal gerou esforços para o levantamento de informações demográficas e que “embora existam levantamentos censitários para todo o século XVIII (mas especialmente para a sua segunda metade), foi em 1776 que ocorreu a primeira tentativa de realizá-los simultaneamente em toda a colônia portuguesa” (Botelho, 1998: 16). Em 1808, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, foi feito um levantamento nacional, que contou um total de 4 milhões de habitantes.

Mesmo sendo considerado proto-estatístico, algumas iniciativas governamentais para gerar informações populacionais foram inéditas e muito avançadas, nesse período, no Brasil. Como em outras províncias, em Minas Gerais, a lei provincial de 1836 estabelecia que haveria censos demográficos a cada 10 anos e que, entre um censo e outro, a dinâmica demográfica seria conhecida com

⁴ Como foi mencionado no Capítulo 5, os registros paroquiais mais antigos da França ostensivamente são os de Roz-Landrieux, na Ile-et-Vilaine, que datam de 1451.

o fornecimento dos dados de nascimentos, casamentos e óbitos pelas paróquias, a cada semestre. Dessa forma, o governo poderia saber, sempre com informações atualizadas, se a população estaria aumentando ou se retraindo⁵.

O período propriamente estatístico começa com o Censo de 1872 no Brasil e 1864 em Portugal, mas Bandeira distingue ainda um período entre 1801 e 1864, quando a qualidade das estatísticas de estoque era muito precária, e um período de 1860 a 1911 (a reforma Constitucional do Registro Civil), quando as estatísticas de fluxo eram de boa qualidade, mas não publicadas. Para mais informação sobre os censos parciais brasileiros antes de 1872, ver Souza e Silva (1986). Sobre os censos portugueses anteriores a 1864, consulte-se INE (2009). Nos PALOP, geralmente se considera que a fase propriamente estatística começou com os censos coloniais de 1930 e 1940.

As listas nominativas de habitantes são as fontes de dados mais usadas nos países onde existem, como no Brasil. As listas nominativas constituíam um tipo de censos que continham um levantamento da população das vilas no período colonial. Embora não tivessem uma abrangência regional, em algumas Capitânias, como a de São Paulo, foram elaboradas anualmente entre 1765 até meados do século XIX. A partir de 1798 as listas se tornaram mais detalhadas e passaram a informar muito além dos “fogos” (unidades domésticas), mas também da sua composição, inclusive escravos e agregados, além do movimento do comércio local, a produção da comunidade, as listas de ocupações e as tabelas de preços detalhadas para todas as mercadorias produzidas, consumidas e exportadas. Alguns autores (Matos e Sousa, 2015; Matos, 2017) argumentam que as listas nominativas ou mapas de população são uma fonte subutilizada de informação demográfica da época colonial, diante da quantidade de dados contidos no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e nos diversos arquivos estaduais do Brasil, boa parte dos quais só foram redescobertos recentemente.

Embora não existam dados sistemáticos sobre a população em geral durante a época pré-estatística, as genealogias de alguns segmentos da população são conhecidos em detalhe, com as suas datas de nascimento, casamento e morte. Isso acontece principalmente com as famílias reais ou da alta nobreza. Embora evidentemente esses dados não sejam representativos para a população em geral, fornecem pelo menos uma ideia aproximada sobre a dinâmica demográfica das classes privilegiadas. Sousa (2002), por exemplo, fez uma estimativa do número médio de anos de vida dos membros da família real portuguesa entre 1300 e 1500 e concluiu que a maioria dos homens faleceu antes dos 50 anos, com uma idade média de 49,5 anos, comparada com uma média de 44,3 anos para as mulheres. Embora essa diferença a favor dos homens possa parecer estranha para os dias de hoje, ela faz sentido no contexto da época, dado o alto risco corrido pelas mulheres em função de partos sucessivos.

A qualidade dos censos varia consideravelmente. Muitos censos da época pré-estatística sofrem de problemas de enumeração parcial. Já se mencionou no Capítulo 4 que os censos antigos frequentemente se limitavam à população que interessava desde o ponto de vista do alistamento militar ou do levantamento de impostos. Mas também existiam outros vieses. Por exemplo, o Censo português de 1732, que levou à publicação, por D. Luis Caetano, da *Lista de Fogos, e Almas*,

⁵ O uso dos dados de registros vitais pelo governo é evidenciado em vários relatórios de presidentes de província, que podem ser acessados no site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

que há nas terras de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta Geographia, no anno de 1732 pelo Marquez de Abrantes, tem sido amplamente questionado, entre outras razões pelo fato de que contou apenas as pessoas de confissão, pelo que, teoricamente, omitiu cerca de um quinto da população (Balbi, 1822: 68-69).

O problema é particularmente agudo nos censos coloniais de diversos países africanos e asiáticos, que frequentemente são de utilidade muito limitada:

A existência de um censo é uma questão de prestígio, que indica algum progresso. Como consequência, nas publicações oficiais há uma tendência a elevar contagens aproximadas e até cálculos mais imperfeitos à categoria de censos. Muitos dos chamados ‘censos’, que figuram como tais nos compêndios internacionais, são apenas censos no sentido mais amplo da palavra..... Na África, quase todos os chamados censos das dependências coloniais são apenas enumerações verdadeiras da pequeníssima minoria europeia. Os números relativos à população indígena se baseiam com frequência em dados tais como as informações de chefes ou administradores locais, cujos resultados podem estar fortemente influenciados pelo uso presumido que se fará destes números. Por exemplo, na sua percepção o levantamento pode estar associado aos impostos, o serviço de estradas ou outros encargos. Nestas circunstâncias, existe uma inclinação muito compreensível de apresentar cálculos inferiores aos corretos. Por outro lado, quando a importância numérica da população é usada como base para determinar o prestígio administrativo e a distribuição de fundos etc., existe uma inclinação igualmente compreensível, no sentido do exagero (Kirk, 1949: 22).

Tabela 15.1: População enumerada nos censos de Angola entre 1900 e 1970, por grupos étnicos

	Branços	Mestiços	Negros	Outros	Total
1900	9.197	3.112	4.777.636	--	4.789.945
1913	13.800	6.300	4.500.000	--	4.500.201
1920	20.700	7.500	4.250.000	--	4.250.282
1922	29.000	8.100	3.424.000	--	3.424.110
1924	36.192	9.710	3.400.000	--	3.437.163
1925	--	--	2.438.411	--	2.438.411
1927	42.843	10.800	2.937.665	--	2.980.516
1928	--	--	2.438.411	--	2.438.411
1929	--	--	2.533.229	--	2.533.229
1930	--	--	2.503.794	--	2.503.794
1931	59.493	13.960	3.020.626	--	3.081.515
1932	--	--	2.574.204	--	2.574.204
1933	58.698	18.957	3.098.281	--	3.175.936
1934	58.098	19.872	3.147.045	--	3.225.015
1935	--	--	2.689.443	--	2.689.443
1936	--	--	2.664.542	--	2.664.542
1937	--	--	2.629.562	--	2.629.562
1938	--	--	2.622.808	--	2.622.808
1940	44.083	28.035	3.665.829	63	3.738.010
1950	78.826	29.648	4.036.687	105	4.145.266
1960	172.529	53.392	4.604.362	166	4.830.449
1970	280.101	89.337	5.250.174	389	5.620.001

Fonte: Costa Carvalho (1979): Tableau 2-3.

A afirmação sobre os censos coloniais na África pode ser ilustrada com o exemplo de Angola entre 1900 e 1970, mostrado na Tabela 15.1. Nota-se os números obviamente arredondados da população negra em 1913, 1920, 1922 e 1924 e as suas flutuações implausíveis entre 1925, 1927 e 1928 e entre 1930, 1931 e 1932. Também nota-se o grande salto na população negra entre 1938 (o último censo administrativo) e 1940 (o primeiro censo estatístico moderno). Mesmo depois de 1940, e até ao fim do período colonial, nos recenseamentos gerais da população recenseavam separadamente a população indígena e a população não indígena, dita civilizada ou assimilada.

Os poucos estudos que existem sobre a dinâmica demográfica da África antes de 1950 geralmente se referem à população europeia (Davies, 1975; Feinberg, 1974) ou a populações não europeias muito específicas (McDaniel, 1992; Öberg, 2016; Walters, 2016)⁶. Devido a estas limitações, a opinião dominante entre os demógrafos historiadores tem sido que “a maior parte da África, a tropical, não é uma área promissora para a demografia histórica antes do século XX” (Hollingsworth, 1977: 67). Outros têm argumentado (Cordell, Gregory e Piché, 1987) que a falta de reconhecimento dos dados existentes tem levado a uma visão ahistórica da transição demográfica na região que ignorou, por exemplo, que os altos níveis de mortalidade existentes em meados dos século XX não foram uma característica tradicional das sociedades africanas, mas um fenômeno que acompanhou as primeiras fases da colonização europeia. Os especialistas na história da região têm apontado que existe mais informação do que geralmente é reconhecida (por exemplo, Curto, 1994). Curto e Gervais (2001), embora reconheçam a falta de dados sobre o interior de Angola no período, mencionam que entre 1773 e 1844 houve pelo menos 30 censos da cidade de Luanda. Matos e Vos (2013) afirmam que Angola, Etiópia e Moçambique estão entre os países africanos cuja história colonial está relativamente bem documentada, citando, entre outros, o estudo de Heywood e Thornton (1988) sobre as densidades demográficas de Angola Central durante o século XIX, tendo como base as listas fiscais africanas. As investigações dos especialistas têm levado ao redescobrimto de várias fontes esquecidas como o Censo de Cabo Verde de 1731 (Carreira, 1984 b), dois censos de Luanda e seu interior na década de 1770 (Thornton, 1980) e um total de aproximadamente 350 outros censos angolanos das décadas seguintes (Curto, 1991). A informação recolhida nestes censos era muito limitada; no melhor dos casos os dados mostram o sexo, idade em grupos etários amplos, cor, estado civil, ocupação, civil ou não civil, condição social, nascimentos, óbitos, migração e o domicílio (agregado familiar) ao que a pessoa pertencia, com identificação da chefia. Mas o mesmo se aplica aos censos coloniais brasileiros.

No Brasil, as listas nominativas de habitantes foram censos primitivos da população que substituíram os antigos levantamentos da população masculina para fins militares. A ampliação da população contemplada nesses levantamentos surgiu no contexto da modernização da gestão do Estado, especialmente durante a administração do Marquês de Pombal, que exigia um melhor conhecimento das características da população como um todo, não só as pessoas sujeitas ao alistamento militar. As listas nominativas eram – em princípio – anuais e deviam cobrir no mínimo o período entre 1765 e a Independência, embora em alguns casos elas tenham sido compiladas mesmo depois de 1822. Entretanto, na prática o quadro de informações é bem mais deficiente porque muitas das listas estão faltando, seja porque se perderam ou porque os levantamentos nunca foram executados. As sequências maiores existem para Minas Gerais e

⁶ Um exemplo são os registros eclesiásticos que vêm sendo recuperados em alguns projetos como o projeto “História Econômica da África Cristã” (<https://ehca.info>), que se concentra nos registros das igrejas protestantes.

São Paulo (incluindo Paraná), mas mesmo essas coleções não são completas. Em alguns casos, a informação processada existe na forma de mapas estatísticos, mas as listas nominativas nas quais se baseiam se perderam.

O outro problema é que a quantidade de informações recolhidas nas listas era muito limitada. As listas mais antigas continham poucas informações: separando a população por domicílios, ou *fogos*, com o nome de um *chefe*, seguido pela listagem dos demais membros, com o seu nome, idade e relação com o chefe (esposa, filho, agregado, entre outros). Também é possível inferir o sexo e o estado civil das pessoas. Com o passar do tempo, especialmente depois da reorganização que ocorreu em 1798, as listas começaram a incluir mais informações, tais como cor, categoria civil, patentes e ocupações. “As listas incluíam agora a profissão do chefe do domicílio e a produção anual do fogo, compreendendo também a relação nominal dos agregados, escravos, ‘forros’, ‘administrados’ (indígenas), além de outras informações quando coubessem” (Nadalin, 1994: 50). Entretanto, não havia informação detalhada sobre a natureza das uniões. Os indígenas que viviam fora do controle das autoridades não eram contados. Os escravos em muitas das listas só eram contados, mas não identificados nominalmente. Salvo umas poucas exceções, como o Censo de Minas Gerais de 1831-32, o período de 1830, quando a prática das listas nominativas foi suspensa, até o primeiro Censo Nacional de 1872 se caracteriza pela ausência de dados estatísticos sobre o tamanho e a composição da população.

Houve alguns esforços no sentido de avaliar a qualidade da informação recolhida nas listas nominativas, principalmente para o início do século XIX. Por exemplo, Godoy e Paiva (2010) fizeram uma avaliação da qualidade da declaração das ocupações no Censo de Minas Gerais de 1831-32 e de outras listas nominativas da época. Por outro lado, Nozoe e Costa (1991) aplicaram algumas das técnicas a serem expostas no próximo capítulo para avaliar a qualidade da declaração de idades nas listas nominativas da 1ª Companhia de Ordenanças de Lorena em São Paulo para o período de 1798 a 1812. A análise mostra, por exemplo, que em 1798 apenas 29,7% das idades declaradas terminavam em “1”, “2”, “3”, “7” ou “9”, enquanto 25,7% terminavam em “0”, sugerindo uma forte tendência a aproximar a idade por números considerados “redondos”. Já em 1812 essas percentagens eram 42,9% e 17,4%, respectivamente, o que sugere uma melhoria significativa da informação.

O uso de dados no estudo da história inclui fontes mais ou menos convencionais, mas também a recuperação de censos antigos e relegados a arquivos pouco acessíveis para o público de pesquisadores, a modelagem da dinâmica de população baseada em informação limitada ou o aproveitamento de bases de dados como a extensa base genealógica da Igreja Mórmon dos EUA (Bean, May e Skolnick, 1978; Jorde e Skolnick, 1983) ou os registros de certos grêmios profissionais. A disponibilidade dessas fontes tem gerado muitos estudos de genealogias mas que apresentam limitações: Primeiro, porque as genealogias eram geralmente construídas com o propósito de registrar e glorificar a história da família ou linhagem que não a pesquisa demográfica, certos membros da família, por exemplo, crianças que morreram descendentes jovens, que são frequentemente consideradas menos importantes para a família numa sociedade patrilinear, e as pessoas que trouxeram desgraça à família, frequentemente são excluídas das genealogias. As genealogias também tendem a ser compiladas por famílias ou linhagens com status socioeconômico relativamente alto o que dificulta fazer generalizações para o população como um todo (Hollingsworth, 1976; Willigan e Lynch, 1982: Cap. 5; Harrell, 1987, para o caso da China).

Um recurso que pode gerar dados valiosos em comunidades com cemitérios bem preservados é o “censo dos cemitérios”. Por um lado, censos deste tipo podem gerar informação nominal que pode ser relacionada com registros de outros tipos, como documentos de batismo ou casamento, na ausência de bons registros de defunções. Mas mesmo na ausência de outros documentos, a distribuição das pessoas enterradas por idade do falecimento pode fornecer informação valiosa sobre os parâmetros demográficos da época, mesmo tomando em conta que os óbitos de crianças muito jovens podem estar subenumerados (ver Arretx, Mellafé e Somoza, 1983: Cap. II.IV para um exemplo). Uma aplicação muito específica do “censo de cemitérios” foi implementada em Timor-Leste, para estimar o número de pessoas mortas durante o genocídio que ocorreu durante a ocupação pela Indonésia, entre 1975 e 1999. O censo, executado em 2003-04, recolheu dados de 319.000 sepulturas, a metade das quais tinha informação sobre a identidade da pessoa enterrada e a data do enterro. A combinação desta informação com dados sobre violações conhecidas de direitos humanos e com um inquérito retrospectivo de mortalidade permitiu estimar a mortalidade direta devido a homicídios (relacionados com combates ou não) e a indireta, devido à fome e doenças (Silva e Ball, 2008).

Também é possível usar técnicas arqueológicas para conhecer o comércio de artefatos e o que isso indica sobre as rotas migratórias. Mesmo a língua de certos grupos populacionais pode fornecer pistas sobre as suas origens, como no caso do povo *roma*, cuja procedência era desconhecida por muito tempo, até que a análise da sua língua revelou uma semelhança muito próxima aos idiomas da Índia, com muitas palavras prestadas do persa e turco, o que sugeria uma migração da Índia para Europa, atravessando Irã e Turquia. Da mesma forma, a análise de palavras de origem africana na linguagem popular do Brasil revela pistas sobre a origem étnica dos escravos que chegaram ao país: uma predominância de palavras mbundu ou kikongo de Angola, um bom número de palavras ioruba da África Ocidental e uma minoria de palavras macua ou de outras etnias de Moçambique (Alpers, 2005).

15.2.1 Paleo-demografia

Um ramo específico do estudo das populações do passado conhecido como *paleo-demografia* se ocupa dos padrões de povoamento antes da existência de fontes escritas (Chamberlain, 2006; Jackes e Meiklejohn, 2004, 2008; Séguy e Buchet, 2013; Wood et al., 2019). Isso exige o uso de técnicas muito especializadas, como a estimação da idade e causa de morte por meio da inspeção física dos restos mortais e a análise de DNA para detectar a migração de material genético. Dá para dizer que a paleo-demografia se relaciona com a arqueologia e a antropologia mais ou menos da mesma forma como a demografia histórica se relaciona com a historiografia. No Brasil são raros os trabalhos dedicados à paleo-demografia. Entre os poucos estudos publicados nesta área estão os trabalhos de Posse (1978, 1985), sobre as populações pré-históricas do Paraná, particularmente a partir dos sítios pré-históricos do tipo sambaqui.

Um dos temas mais discutidos entre paleo-demógrafos é a pergunta como construir tábuas de vida a partir desses restos mortais (Wood et al., 2019). Na literatura dos anos 70 e 80 frequentemente se considerava a distribuição de idades de morte como uma amostra aleatória de uma coorte, mas isso ignora o efeito da fecundidade sobre a estrutura etária. A distribuição das idades de morte

numa população em realidade depende mais da natalidade do que da mortalidade (McCaa, 2002; ver também Cap. 22) e portanto se presta mais à estimação da fecundidade.

Com base na informação recolhida sobre as características de 20.000 esqueletos encontrados na América do Norte e do Sul, McCaa (2002) inferiu que a fecundidade das populações nativas das Américas foi comparativamente baixa, com uma TBR de 2,3 até aproximadamente 500 d.C., mas que aumentou para 2,8-3,0 no período entre 500 d.C. e a conquista europeia. Os níveis de mortalidade são mais difíceis de estimar, mas segundo McCaa, a melhor estimativa média para a esperança de vida no período até 500 d.C. seria 34 anos.

Nos anos 80 houve certa controvérsia sobre a validade dos métodos usados pela paleo-demografia onde a possibilidade da estimação de tábuas de vida a partir de restos mortais encontrados em sítios arqueológicos foi particularmente questionada. Além dos problemas de interpretação da distribuição etária dos restos mortais, aos quais se fez referência nos parágrafos anteriores, também havia outros problemas, como os seguintes:

1. A dificuldade em determinar a idade de morte a partir de restos mortais;
2. As distorções que podem ser introduzidas em função dos movimentos migratórios;
3. A possibilidade de que os restos mortais encontrados não sejam representativos para a totalidade de óbitos na população estudada, particularmente a sub-representação de crianças menores de 5 anos (Brothwell, 1986; Cardoso, 2003-2004; Saunders e Barrans, 1999).

Alguns autores (Bocquet-Appel e Masset, 1982, 1985) consideraram que a pouca representatividade dos restos mortais encontrados, além da imprecisão das estimativas acerca da idade da morte, impossibilitava qualquer análise demográfica séria. Outros autores (Buikstra e Konigsberg, 1985) reconheceram os problemas, mas consideraram as críticas exageradas.

No fim da década de 90, Hoppa e Vaupel (2008) formularam o chamado *Manifesto de Rostock* que consolidou o uso de modelos bioestatísticos mais sólidos para fazer as análises. Este manifesto, escrito para responder às críticas levantadas no parágrafo anterior, foi importante em explicitar alguns dos problemas que têm dificultado o trabalho dos pesquisadores na área e que ocasionalmente têm levado a conclusões equivocadas. A questão da representatividade tem sido particularmente problemática, embora haja algumas tentativas para superá-lo por meio da estimação do perfil etário dos óbitos. Por exemplo, para superar o problema da sub-representação de restos mortais de crianças, Bocquet-Appel e Naji (2006) desenvolveram um método que permite determinar a proporção dos óbitos de pessoas maiores de 5 anos que correspondem ao grupo etário de 5-19 anos, para estimar os óbitos de menores de 5 anos por extrapolação.

Para além dos estudos de mortalidade e fecundidade de populações sem registro escrito, o demógrafo historiador deve-se atentar para evidências de existência de antigas estradas e caminhos que sugerem movimento migratório dessas populações. No Brasil, tem sido discutido, ainda de forma hipotética, o intercâmbio de pessoas e cultura entre indígenas locais guaranis com os incas, nos Andes, no período anterior à ocupação portuguesa, por estradas que cortavam a América do Sul de costa a costa como o Caminho Peabiru (Borges, 2006).

15.3 MÉTODOS DE ANÁLISE

15.3.1 Mortalidade

As tábuas de vida modelo, particularmente a variedade desenvolvida pela Universidade de Princeton nos anos 60 do século passado, devem muito à pesquisa histórica sobre os padrões de mortalidade na Europa. Por outro lado, estes modelos de mortalidade são de grande ajuda para os demógrafos historiadores, na medida em que permitem estimar tábuas de vida inteiras a partir de poucas informações sobre algumas características populacionais relacionadas à mortalidade. Como este tema será discutido em detalhe na seção 20.2.3 do Capítulo 20, não será abordado aqui. Apenas vale alertar aqui que o uso de modelos de mortalidade derivados de contextos distintos dos estudados tem os seus perigos. Moura Filho (2016) mostra, por exemplo, que o padrão de mortalidade no Brasil entre 1870 e 1890 desviava significativamente dos padrões históricos dos países europeus captados pelas tabelas de Princeton.

O mesmo vale para o método da Equação de Balanço de Brass, que foi desenvolvido para estimar a mortalidade adulta a partir de dados censitários sobre a distribuição da população por idade e sexo, mas que também pode ser de bastante utilidade na demografia histórica (por exemplo, Dias, 2016). Entretanto, como esse método será discutido em profundidade na seção 23.5.3 do Capítulo 23, não se entrará em maiores detalhes aqui.

Um tema mais específico para a demografia histórica é a pesquisa sobre crises de mortalidade. Para detectar uma crise de mortalidade, Dupâquier (1979) recomenda o uso do índice: $I_x = (D_x - M_x)/s_x$, em que D_x é o número de óbitos do ano x , M_x , o número médio de óbitos dos dez anos precedentes e s_x o desvio-padrão dos dez anos de referência. Baseado neste critério, Rodrigues (1995) desenvolveu uma série de estudos sobre crises de mortalidade e Portugal. No Brasil, o assunto tem sido muito menos estudado, principalmente devido ao menor volume de séries históricas confiáveis sobre a mortalidade.

Uma dificuldade potencial do índice proposto por Dupâquier é que algumas crises de mortalidade ocorreram em decorrência de guerras ou outros eventos que alteraram os níveis “típicos” de mortalidade da época. É o caso da gripe espanhola que ocorreu em 1918 e 1919, no fim da Primeira Guerra Mundial, e que pode ter matado entre 30 e 100 milhões de pessoas no mundo inteiro, mais do que a própria guerra. Entretanto, o número exato é difícil de estabelecer porque se confunde até certo ponto com as sequelas diretas da guerra. Em Portugal e no Brasil, os números de óbitos atribuíveis à gripe espanhola geralmente são estimados em 35 e 65 mil, respectivamente, entre os quais – no caso do Brasil – o Presidente Rodrigues Alves. Entretanto, uma análise demográfica feita por Bandeira (2009) chega a um número mais elevado (135.257) para Portugal entre 1917 e 1919. Bertolli (2003) encontrou 5.429 óbitos na Cidade de São Paulo, comparados com os 18.338 que Bandeira estimou para Lisboa, o que sugere que o impacto no Brasil foi menor do que em Portugal, embora a metodologia usada por Bertolli tenha partido de uma definição mais restritiva.

Tanto no caso da mortalidade, como na fecundidade e nupcialidade, vale mencionar ainda os trabalhos de Lee (1981) e Galloway (1988), que trataram de analisar as variações de curto prazo nas taxas como resultado de variações nos preços das necessidades básicas e das flutuações climáticas. Embora o foco principal da demografia histórica seja a explicação das tendências de longo prazo,

o estudo destes efeitos pode contribuir elementos importantes para avaliar a sensibilidade dos processos demográficos ao ambiente econômico e climático, principalmente em épocas passadas, quando existiam muito menos mecanismos de proteção contra essas vicissitudes. Por exemplo, usando técnicas de séries temporais, Lee mostra o impacto de variações nos preços na mortalidade inglesa durante um período de 36 meses a partir da ocorrência da mudança, comprovando assim que os impactos não eram só imediatos, mas podiam ter uma certa permanência no tempo. No caso do clima, Lee encontrou que um aumento de 1 °C na temperatura média no inverno tendia a reduzir a mortalidade do ano em 2%, enquanto uma redução de 1 °C na temperatura média no verão causava uma redução de aproximadamente 4%.

15.3.2 Fecundidade

Em vez de usar os indicadores padrão de demografia convencional, a natureza dos dados às vezes obriga a demografia histórica a desenvolver seus próprios indicadores. É o caso dos quatro índices (I_f , I_g , I_h e I_m) desenvolvidos pelo projeto da Universidade de Princeton sobre a Fecundidade Europeia que já foi mencionado no Capítulo 2 (Coale e Watkins, 1986). Subjacente a todos esses índices está o conceito de fecundidade natural, ou seja a fecundidade numa população onde o casamento é precoce e universal e onde não há nenhum controle da fecundidade dentro das uniões, exemplificada pela fecundidade dos Huteritas, que já foram mencionados nos Capítulos 2 e 10. Especificamente,

- I_f é a razão entre o número de nascimentos que efetivamente ocorrem numa população e o número que ocorreria se todas as mulheres fossem submetidas a um regime de TEFs como o dos Huteritas;
- I_g é a mesma razão, mas limitada às mulheres *em união*;
- I_h é a mesma razão, mas limitada às mulheres que *não* estão em união; e
- I_m é a razão entre o número de nascimentos que ocorreriam a mulheres em união dividido pela número que ocorreria a todas as mulheres, caso todas fossem submetidas ao regime de TEFs dos Huteritas, ou seja, um indicador da contribuição das uniões à fecundidade total.

Os quatro índices possuem a seguinte relação entre eles:

$$I_f = I_m \cdot I_g + (1 - I_m) \cdot I_h \quad (15.1)$$

As fontes de dados usadas para calcular os índices acima foram os registros de batismos e as distribuições censitárias da população feminina por idade e estado civil. Wetherell (2001) faz uma revisão crítica destes índices. Também existem índices alternativos do mesmo tipo que foram desenvolvidos para superar algumas das limitações e deficiências apontadas nos índices originais, como o chamado índice Navarro proposto por Sánchez-Barricarte (1995). Como se trata de uma questão para os especialistas, os méritos desse índice alternativo em comparação com os originais não serão analisados aqui.

Embora grande parte da literatura sobre demografia histórica se ocupe da análise em nível micro, dos registros paroquiais e listas denominativas, estas não são as únicas técnicas usadas pelos demógrafos históricos. Na avaliação de Reher (1997), a vertente de reconstituição de famílias inclusive está enfrentando rendimentos decrescentes, de modo que a demografia histórica precisa cada vez mais de metodologias complementares. Por exemplo, em vez de usar os registros de batizados para fins de reconstituição de famílias, eles podem ser usados como indicadores da evolução da população, supondo que as taxas de natalidade e a proporção de batismos não variem muito no tempo. Trata-se do chamado uso sintomático das séries temporais, onde um aumento do número de nascimentos (ou outro processo que poderia manter uma relação com o tamanho da população subjacente) é interpretado como um sinal de crescimento da população, em situações onde não existem dados diretos a respeito. A ideia é explicada em mais detalhe na seção 21.10 do Capítulo 21.

O projeto da Universidade de Princeton sobre a Fecundidade Europeia, nos anos 70, fez muito uso de informação geográfica sobre as tendências da fecundidade em áreas pequenas, cruzando esta informação com as características sociais e culturais destas áreas. Um dos perigos desse tipo de análise é a chamada “falácia ecológica”, ou seja, a falsa conclusão de que o comportamento de indivíduos com determinadas características siga a mesma lógica encontrada em unidades geográficas com as mesmas características. Por exemplo, o fato de que regiões majoritariamente católicas tendem a ser caracterizadas por uma fecundidade mais alta não necessariamente significa que indivíduos católicos também tenham uma fecundidade mais alta do que indivíduos com outras religiões. Os resultados também podem ser distorcidos pela não observação de determinadas características da população. Por exemplo, Brown e Guinnane (2003, 2007) criticaram alguns dos resultados do projeto de Princeton por não ter considerado suficientemente o efeito da urbanização, o que pode ter levado a conclusões exageradas sobre a importância da religião.

Métodos da demografia convencional aplicados a censos podem ser utilizados com êxito em listas nominativas e outros documentos históricos, como o Método dos Filhos Próprios (que será apresentado na seção 23.3.3 do Capítulo 23). Exemplo disso é o estudo sobre a fecundidade no colono de São Paulo, Brasil, no início do século XX, realizado a partir dos registros de hospedaria de imigrantes, em que se estimou a TFT de 7,8 filhos por mulher, ao final do período reprodutivo, no período de 1900 a 1919 (Hakkert, 1986: 20).

15.3.3 Projeção e retroprojeção

Muito pode ser aprendido também pela dinâmica das populações do passado pelo uso de técnicas de projeção, retroprojeção e simulação (SOCSIM, já mencionado no Capítulo 13), métodos que são explorados em Wachter, Hammel e Laslett (1978) e que ganharam aceitação com o trabalho de Wrigley e Schofield (1981). Mais recentemente, Murphy (2004) usou o SOCSIM para modelar a população da Inglaterra e Gales durante dois períodos de 600 anos: 1250-1750 e 1750-2350, usando taxas históricas e contemporâneas para produzir os eventos demográficos. Reher também menciona o uso crescente de métodos baseados em séries temporais e análise de biografias individuais (“life history analysis”). As séries temporais, do tipo usado na econometria, podem ser aplicadas, por exemplo, para encontrar a melhor aproximação possível dos dados faltantes nas séries anuais de registros paroquiais, usando correlações com dados conhecidos para os anos em

questão, tais como as variações climáticas ou o tamanho das colheitas e as próprias tendências exibidas pelos anos em que há informação.

Não todas essas inovações metodológicas serão discutidas aqui. Para uma apresentação mais sistemática dos métodos mencionados por Reher, alguns dos quais têm um teor de sofisticação matemática bastante alto, o leitor é referido a Reher e Schofield (1993). Mas é importante mencionar pelo menos algumas das alternativas principais, além da reconstituição de famílias.

Uma das técnicas mais importantes nesse contexto é a retroprojeção. A retroprojeção segue a lógica inversa da metodologia de projeção por componentes que será discutida na seção 21.3 do Capítulo 21. O método original foi formulado por Lee (1974) e usado para estimar taxas detalhadas de mortalidade e fecundidade para as populações históricas da Inglaterra. A ideia básica é simples. Parte-se do suposto de que se dispõe dos dados que descrevem uma população por sexo e idade em algum momento e das séries históricas de nascimentos e óbitos para datas anteriores. Além desses dados é preciso ter algum recurso para distribuir os nascimentos e óbitos por idade, como uma tábua de vida para os óbitos e um esquema modelo de fecundidade por idade para os nascimentos. Geralmente não se dispõe das tábuas de vida e dos perfis de fecundidade reais do passado, mas de algum sistema de mortalidade e fecundidade modelo que sugere uma distribuição plausível de nascimentos e óbitos por idade para diferentes níveis de mortalidade e fecundidade (ver Capítulo 20). Tendo toda esta informação, é possível reconstruir as populações por idade e sexo em datas anteriores. Por exemplo, supondo que a população masculina de 50-54 anos em algum momento t foi ${}_5P_{50}^m(t)$ e que a população é fechada à migração, sabe-se que a população masculina de 45-49 anos 5 anos antes desta data era

$${}_5P_{45}^m(t-5) = {}_5P_{50}^m(t) + a_1 {}_5D_{45}^m(t-5, t) + a_2 {}_5D_{50}^m(t-5, t) \quad (15.2)$$

onde D_{45} e D_{50} se referem aos números de óbitos ocorridos nos respectivos intervalos etários e a_1 e a_2 são fatores de separação. A priori estes valores são desconhecidos, mas é possível estimá-los, usando as seguintes informações:

1. O padrão etário da tábua de vida modelo para um determinado nível de mortalidade;
2. Os tamanhos das coortes vizinhas (para estimar a_1 e a_2); e
3. O total de óbitos para todos os grupos etários.

Este último dado serve para saber qual das tábuas de vida escolher dentro de um conjunto de tábuas modelo que representam diferentes níveis de mortalidade e portanto diferentes números totais de óbitos. No caso do primeiro grupo etário, (15.2) deve ser modificado para a seguinte expressão:

$$N^m(t, t-5) = {}_5P_0^m(t) + {}_5D_0^m(t-5, t) \quad (15.3)$$

onde N representa o número de nascimentos, que é conhecido. O procedimento pode ser ampliado, incorporando a possibilidade de imigração e emigração, embora isso implique supostos adicionais.

Os detalhes dos cálculos não são inerentemente difíceis mas são trabalhosos e envolvem o uso de tábuas de vida modelo (que serão introduzidos no Capítulo 20), de modo que não serão apresentados aqui. O leitor interessado pode consultar o artigo original de Lee.

O problema fundamental da retroprojeção, entretanto, é que (15.2) não funciona no caso do intervalo etário final, que é aberto. Portanto, é preciso fazer algum tipo de suposição acerca do número de pessoas de mais de x anos no ano t que tinham entre x e $x+5$ anos. Na medida em que se recua no passado, o peso desses supostos acaba pesando cada vez mais no resultado. Como explica Lee (1985), existem duas estratégias distintas para fazer essa atribuição que em inglês são conhecidas pelos termos “inverse projection” e “back projection”. No método de “inverse projection” a própria tábua de vida modelo fornece a resposta para saber quantas pessoas morreram entre o penúltimo e o último grupo etário, o que permite o fechamento das contas. Entretanto, esse método é inerentemente instável. Ou seja, pequenas perturbações nos dados tendem a ser ampliadas ao longo do tempo, levando a resultados cada vez mais divergentes.

O método chamado “back projection”, que foi desenvolvido por Wrigley, Schofield e Oeppen (Wrigley e Schofield, 1981; Oeppen, 1993) evita o problema da instabilidade, mas é computacionalmente mais complexo. O método não exige que (15.3) seja satisfeito, atribuindo as eventuais diferenças à migração. Por outro lado, assume que a relação entre o penúltimo grupo etário em t e $t-5$ seja a mesma igual à relação entre o tamanho inicial das coortes. Mas para poder estabelecer essa relação é preciso limitar o procedimento ao tempo de vida de uma coorte. Depois de 90 ou 95 anos o processo chega ao seu limite e é preciso dispor de dados novos sobre a população por sexo e idade naquele momento para poder estender o cálculo para o passado. Ou seja, que o método exige não só uma população por sexo e idade num único momento t , mas numa sequência de momentos no passado.

Para facilitar a aplicação do método, existe um software chamado POPULATE, desenvolvido por Robert McCaa (1989, 1993), da Universidade de Minnesota. O programa e seu manual do usuário estão disponíveis gratuitamente na internet em <http://users.pop.umn.edu/~rmccaa/populate/index.htm>.

Existe uma literatura significativa sobre o método de “back projection” que generaliza várias das ideias desenvolvidas por Wrigley e Schofield, começando com o próprio trabalho de Oeppen (1993) que generalizou a metodologia a toda uma classe de “projeções inversas generalizadas”. Uma síntese das diferentes abordagens desenvolvidas ao longo do tempo pode ser encontrada em Barbi, Bertino e Sonnino (2004). O método também tem sido extensamente aplicado, principalmente na Inglaterra, mas também na França, Países Baixos, Itália, Espanha e outros países europeus. As aplicações na América Latina são mais raras, mas na África, onde existem poucos dados alternativos, existem alguns trabalhos de reconstrução das populações históricas baseados nesta metodologia. Manning (2010) fez uma retroprojeção a partir dos dados da Divisão de População das Nações Unidas para 1950 e 1960, cobrindo a período de 1850 a 1960 para as principais divisões regionais dentro do continente africano. Mais recentemente, Frankema e Jerven (2014) publicaram um conjunto de projeções nacionais baseadas na mesma metodologia. Por outro lado, Manning (2013 a) estendeu as suas retroprojeções anteriores a todo o período de 1650 a 1950, cobrindo 70 regiões dentro do continente. Além de usar dados demográficos tradicionais, tanto brutos como desagregados por idade e sexo, onde disponíveis, e dados sobre o tráfico de escravos, a metodologia inclui procedimentos para inferir as tendências demográficas com base no contexto histórico da

época. Um dos resultados marcantes desta análise foi o tamanho da população africana em 1930, estimado em 175.802.302 segundo Manning (2010), o que supera substancialmente as estimativas de “consenso”, formuladas por Willcox (1931) e Carr-Saunders (1964), que estipulavam populações de 140 e 143,3 milhões, respectivamente.

A projeção é usada menos na demografia histórica do que a retroprojeção. Entretanto, também existem análises baseadas em projeção. Moura Filho (2009), por exemplo, analisou as importações de escravos ao porto de Pernambuco do século XVI até 1850 e projetou o número de sobreviventes até o Censo de 1872. Comparando os números de sobreviventes com os números que chegaram ao país foi possível obter estimativas plausíveis sobre os níveis de mortalidade e fecundidade características da população de escravos em Pernambuco. Outra aplicação dos métodos de projeção se encontra no estabelecimento do número de migrantes ou descendentes de migrantes na população. Mortara (1947) projetou os migrantes que chegaram no Brasil entre 1840 e 1940, concluindo que 19% da população brasileira de 1940 consistia desses migrantes ou seus descendentes, uma proporção consideravelmente menor do que na Argentina ou nos EUA. Levy (1974) fez o mesmo cálculo para o período de 1872 a 1972. Clevelario Jr. (1997), finalmente, repetiu o exercício para o período de 1822 e 1980 e concluiu que a percentagem podia estar entre 12% e 24%, dependendo dos supostos sobre o crescimento vegetativo e o índice de permanência dos imigrantes.

Finalmente cabe mencionar o uso de métodos de populações estáveis, uma metodologia que será exposta em mais detalhe no Capítulo 22. A ideia é que, conhecendo o tamanho e a estrutura etária de uma população em diferentes momentos do tempo e supondo que a fecundidade e a mortalidade têm se mantido razoavelmente constantes ou pelo menos têm variado de uma forma lenta e gradual, sem muita migração externa, é possível estimar os níveis de mortalidade e fecundidade ao longo do tempo. Livi-Bacci (1968), por exemplo, usou este método para estimar a dinâmica demográfica das regiões da Espanha entre o final do século XVIII e o início do século XX. A vulnerabilidade principal do método reside na possibilidade de erros no tamanho ou na estrutura etária das populações, por exemplo devido à tendência a exagerar as idades mais avançadas.

15.3.4 Famílias e regimes demográficos

Boa parte da análise demográfica referente ao passado se centra na questão da estrutura familiar. Como já foi mencionado no Capítulo 13 e na Introdução deste capítulo, por muito tempo havia uma ideia de que as famílias europeias de outrora eram extensas e multigeracionais, até que as pesquisas de Hajnal, Laslett e outros demonstraram que isso não era o caso⁷. A explicação proposta por Levy (1965) foi que a alta mortalidade da época impedia a formação de unidades complexas. A tipologia de famílias desenvolvida por Laslett e introduzida no Capítulo 13 e o desenvolvimento de programas de simulação como o SOCSIM (Hammel, Wachter e Laslett, 1978), para relacionar a dinâmica demográfica com a estrutura das famílias, foram instrumentais para sistematizar as informações e analisar os processos. Seguindo o mesmo caminho, no Brasil, estudos como de

⁷ Em relação à Europa continental, deve-se considerar a ponderação feita por Lutz Berkner (1972), que defendeu a importância de observar a família ao longo do seu ciclo vital. Segundo o autor, em trabalho sobre os domicílios camponeses da Áustria do século XVIII, a família tendia a ser extensa, mas, em determinados períodos elas se apresentavam como famílias simples ou nucleares (em censos demográficos), mas com estreita conexão com outros domicílios, que antes, formavam um só.

Samara (1989: 27) procuravam refutar a ideia de uma família patriarcal e extensa proposta pelo estudo clássico de Freyre (1963), *Casa Grande e Senzala*, a partir de listas nominativas de São Paulo, com metodologia adaptada de Laslett. Na Península Ibérica, a proposta de análise de Laslett inspirou o livro sobre a história regional da família de González (2008).

A partir da década de 1980, na Europa, importante movimento de contestação da abordagem de família de Laslett surgiu em textos germânicos, em especial, o de Mitterauer e Sieder (1982: 13) e Brunner (2010). Tal crítica incide em considerar que a família tinha um significado no passado pré-industrial que não condiz com o atual, em parte, devido ao contexto histórico em que as órbitas da produção e do consumo não estavam separadas como agora, nas economias de mercado. As fracas relações de parentesco nas famílias do passado, de um lado, e a grande importância do grupo familiar como uma equipe de trabalho, por outro, fariam as famílias coincidir com o que hoje se denomina domicílio, com a diferença ainda, que os domicílios do passado eram os lugares que se gerava a produção para o consumo próprio e, eventualmente, para o mundo externo a eles. Essa crítica foi aceita por Laslett e, mais tarde, escrita no seu artigo “Família e Domicílio como Grupo de Trabalho e Grupo de Parentesco” (Laslett, 1984).

Como apresenta Rowland (1997: 22), no capítulo “Regime demográfico e sistema familiar” há uma estreita relação entre esses dois elementos. A demonstração disso veio com o trabalho de Hajnal (1982), ao estabelecer ligação entre o sistema de formação de domicílios e o regime demográfico⁸ do noroeste da Europa, no passado pré-industrial. Para além do comportamento mais geral da população, é necessário compreender a possibilidade de existência de vários regimes demográficos, uma vez que segmentos populacionais teriam dinâmicas distintas. Continua atual o artigo de Marcílio (1984), segundo o qual os inúmeros trabalhos monográficos anteriores permitiam vislumbrar quatro regimes demográficos brasileiros, do século XIX, aqui sintetizados:

1. *Sistema demográfico das Economias de Subsistência* (Marcílio, 1984: 197) que já sugere o nome, aplicado a áreas rurais em que as famílias se dedicavam à uma policultura de mantimentos e criação doméstica voltada, principalmente, para o próprio consumo. O crescimento elevado da população dessas áreas (gravitando em 1% ao ano ou pouco mais) dar-se-ia em consequência da fecundidade elevada, com TBN entre 57 e 52 por mil.
2. *Plantations* (Marcílio, 1984: 199). Pelo processo específico de formação e povoamento da sociedade brasileira, Nadalin (2004: 139) destaca, além do regime demográfico das plantations, o das sociedades campeiras, sendo o primeiro voltado para produção de exportação e o segundo, para o consumo interno. Famílias extensas e escravistas, em ambos os casos.
3. *Escravidão* (Marcílio, 1984: 201). A população *escrava*, em especial, dos grandes plantéis, teria seu comportamento demográfico marcado, evidentemente, pelo jugo do estatuto do cativo, com trabalho extenuante e, em geral, vivendo em condições mais desfavoráveis próximas às vividas por outros segmentos sociais mais fragilizados, embora também fossem poupados de penúria extrema, por constituírem, eles mesmos, parte do patrimônio das famílias escravistas. No Brasil, a família escrava começou a ser estudada com mais

⁸ Entende-se regime demográfico como determinado padrão de comportamento da sociedade relativo à fecundidade e mortalidade, que envolve, por extensão, a nupcialidade e migração.

atenção a partir do final da década de 70. Em 1987, um número especial da revista *Estudos Econômicos* (17(2)) foi dedicada ao assunto.

4. Áreas urbanas do século XIX. Segundo Marcílio (1984: 202), este regime relacionado às áreas portuárias como de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e também a algumas áreas de Minas Gerais, em que se tinha relevo as atividades de entreposto comercial, administrativas e religiosas, percebia-se uma dinâmica particular em que a mortalidade, frequentemente se sobrepunha à natalidade. Ademais, crises de mortalidade aconteciam devido à contaminação de doenças vindas de outros lugares (pelas atividades portuárias), o que seria ainda agravado pela concentração demográfica.

Parece evidente que regimes demográficos estejam relacionados a formas específicas de famílias, de forma que o primeiro regime estaria associado às famílias camponesas. Já os segundo e terceiro, às famílias escravistas (já que agregam elite e seus escravos na unidade doméstica). O quarto regime estaria associado às famílias de autônomos, que viviam, sobretudo da manufatura, tendo por destaque, as mulheres da fiação e tecelagem.

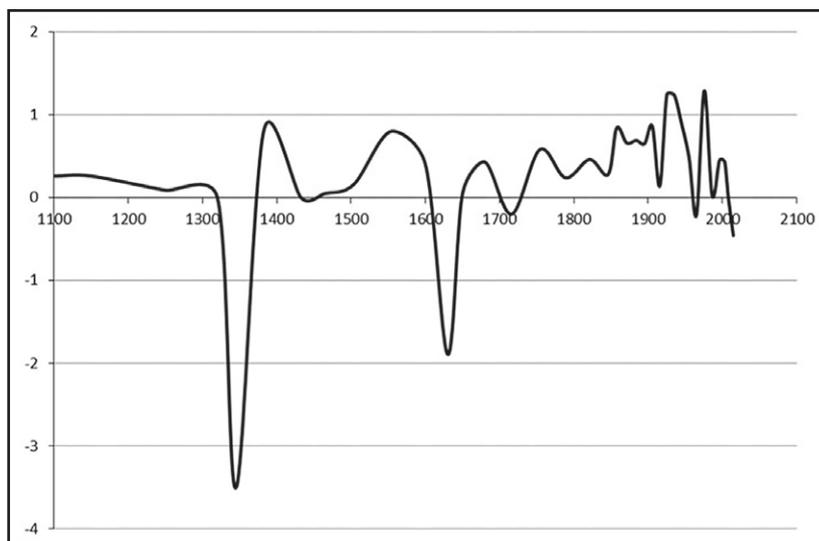
15.4 ALGUNS ELEMENTOS DA HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Estima-se que ao início da era cristã, a população mundial era de aproximadamente 300 milhões. Transcorrido o primeiro milênio, provavelmente não ultrapassava a casa dos 400 milhões e no ano de 1500 teria alcançado os 500 milhões. Para uma breve história da população mundial ao longo dos últimos três séculos pode-se consultar Livi-Bacci (2013 a, 2014).

A literatura sobre a história demográfica de Portugal e Brasil é vasta e não há como fazer-lhe justiça nestas breves notas. Esta seção menciona apenas alguns dos pontos principais. Em 1297, quando o território da parte continental de Portugal se consolidou essencialmente dentro das suas fronteiras atuais, estima-se que a sua população era de aproximadamente 700 mil habitantes. O Censo de 2011 contou 10.047.621 habitantes no continente e 514.557 nas ilhas. Os 0,37% de crescimento anual médio ao longo de sete séculos foram longe de homogêneos. O Gráfico 15.2 mostra a evolução das taxas de crescimento ao longo do tempo, que se caracterizam por oscilações fortes. Os dados existentes parecem indicar que não houve crescimento significativo da população portuguesa entre 1400 e 1650, que houve certa expansão entre 1650 e 1775, seguida por outra fase de estagnação entre 1775 e 1850. Dois períodos de fortes perdas populacionais se destacam: a epidemia da peste negra, que começou em fins de 1348 ou princípios de 1349, e a crise demográfica do início do século XVII. Independentemente da peste negra, as populações europeias no século XIV estavam regredindo, depois de três séculos de expansão, principalmente no norte e ocidente da Europa. Além da peste negra, o sobrepovoamento e a estrutura social e fundiária da época são frequentemente apontados como as causas dessa retração. No caso de Portugal se aponta para o sobrepovoamento da região Entre Douro e Minho, bem como a expansão dos mosteiros senhoriais no Norte do país e a explosão do monacato feminino no século XII. Rodrigues (2008: 104) observa que “Anos sucessivos de más colheitas afectam a Europa entre os anos de 1309 e 1324, de 1326 a 1329, de 1331 a 1333, 1336, 1339, 1344, 1346 e 1347. Deste modo, a peste de meados da centúria de

Trezentos foi apenas o corolário de uma conjuntura desfavorável, cujos sintomas se faziam sentir de formas mais ou menos perceptíveis desde há décadas atrás”.

Gráfico 15.2: Evolução das taxas de crescimento da população portuguesa desde 1100



Fonte: Baseado em Ferreira (2008): 531.

A crise demográfica do início do século XVII teve menos relação com grandes epidemias, embora houvesse vários surtos de tifo e difteria no final do século XVI (Barbosa, 2001). No período de 1580 a 1620 ocorre uma desaceleração do crescimento demográfico português, a que se segue, entre 1620 e 1665, uma diminuição ou estagnação. O resultado deixou Portugal com o mesmo número de habitantes em 1640 que tinha em 1527-32. A partir da década de 1660 até o princípio do século XVIII, o crescimento teria ocorrido a uma taxa média de 0,43%. A época foi marcada por fatores que se conjugaram para reduzir a dinâmica demográfica: instabilidade política, alterações climáticas e maus anos agrícolas, e fez parte do acirramento dos confrontos políticos durante o século e as consequentes pobreza e falta de alimentos que isso gerou, particularmente na Alemanha, Itália e na Península Ibérica. As fortes oscilações no crescimento demográfico que se percebem no século XX, particularmente na década de 60, já não se relacionam com a mortalidade, mas com os fortes movimentos de migração registrados nesta época, principalmente para a França, Suíça e outros países europeus. A emigração para o Brasil poderia ter impactado na evolução da população portuguesa também, mas o consenso entre os especialistas é que este impacto foi pouco significativo. Os migrantes de Portugal para o Brasil por volta de 1680 (aproximadamente 2 mil por ano, segundo Boxer, 1964) representavam pouco mais de 0,1% da população portuguesa da época, o que provavelmente foi mais do que em anos anteriores. A migração para o Brasil atingiu o seu auge nos períodos de 1900 a 1930 e posteriormente na década de 50. Existe uma literatura relativamente grande, tanto em Portugal como no Brasil, sobre a evolução histórica da migração portuguesa para o Brasil (por exemplo, Frutuoso, 1990; Santos, 1993 a, b; Albino, 1999; Leite, 2000; Scott, 2001; Lobo, 2001; Sousa, Martins e Pereira, 2007) e suas consequências para o Brasil e Portugal.

Tabela 15.2: Imigração portuguesa para o Brasil

1500-1700	300.000
1701-1760	600.000
1808-1817	24.000
1827-1829	2.004
1837-1841	629
1856-1857	16.108
1881-1900	316.204
1901-1930	754.147
1931-1950	148.699
1951-1960	235.635
1961-1967	54.767
1981-1991	4.605
2004-2013	11.013

Fonte: Dados até 1991: IBGE (2000).

É a questão da migração internacional que presta à transição portuguesa algumas das suas características distintivas e tem gerado uma ampla literatura, cuja discussão sistemática foge aos propósitos deste livro. Para uma revisão da literatura, veja Alpers e Ball (2012), entre outros. Entre 1855 e 1988, saíram de Portugal cerca de 4 milhões de pessoas. A maior intensidade desta emigração foi entre 1950 e 1974. É possível identificar dois ciclos migratórios: o ciclo transatlântico (até a década de 50) e o intraeuropeu. Durante o primeiro, a emigração portuguesa se dirigia ao Brasil (74%) e, num grau muito menor, aos EUA (11%). Dois terços destes migrantes eram homens, a maioria solteiros. O segundo ciclo começa na década de 60 e prolonga-se até a crise do petróleo de 1974, tendo como destinos preferenciais a França (60%) e a Alemanha (12%), com uma participação um pouco maior de mulheres e pessoas casadas. Como resultado, a população do país até chegou a diminuir em 2,3% na década de 60. A partir daí, o fluxo diminuiu progressivamente e retomou a sua anterior orientação transoceânica, embora a partir de 1981 a Suíça também tenha começado a constituir um país de destino importante.

Tabela 15.3: Saldos migratórios (imigrantes menos emigrantes) de Portugal durante o século XX

1900-1911	-222.098
1911-1920	-356.233
1920-1930	-8.177
1930-1940	64.720
1940-1950	-133.315
1950-1960	-685.304
1960-1970	-1.302.524
1970-1981	1.184.645
1981-1991	-334.656
1991-2001	406.858
2001-2005	184.401

Fonte: Henriques e Rodrigues (2008): 492.

A análise da transição demográfica em Portugal é dificultada pelo fato de que as séries históricas de dados demográficos não cobrem todo o período relevante em que ocorreu o processo. Como se viu nos Capítulos 4 e 5, o primeiro Censo de Portugal foi em 1864 e o registro oficial de nascimentos foi instituído em 1886. Antes destas datas, a análise dependia de registros eclesiásticos de batismos e enterros e de enumerações diversas com margens de erro consideráveis.

Livi-Bacci (1971) caracteriza a fecundidade portuguesa como relativamente baixa no período pré-transicional, com TBNs que oscilavam em volta dos 33 por mil durante todo o século XIX, com uma fecundidade marital que nunca passou de 70% daquela dos Huteritas. Ele não encontra uma explicação convincente para o fenômeno, posto que a esterilidade era baixa. Por outro lado, o celibato definitivo no século XIX era de mais de 20% e o aleitamento materno era prolongado. Livi-Bacci também contrasta a situação do Norte de Portugal (particularmente o Minho), onde a fecundidade era comparativamente alta, com a do Sul (Algarve e Alentejo), onde ela era mais baixa. Entre as explicações que ele propõe está a maior religiosidade do Norte, uma explicação em consonância com o paradigma cultural de investigação da época. Por outro lado, a queda da fecundidade no contexto da transição demográfica foi muito tardia, começando apenas nos anos 20 do século XX. Ainda no início da década de 60 Portugal tinha uma TBN de 23,9 por mil. A queda da mortalidade também foi tardia, mas se distingue menos do padrão de outros países europeus.

Segundo Bandeira (1996), as outras características distintivas da transição demográfica portuguesa, em comparação com os outros países europeus, foram as seguintes:

1. O longo período entre a queda inicial da mortalidade e o início da queda da fecundidade: Apesar de não ser possível datar o início da queda da mortalidade, há razões para pensar que em finais do século XVIII essa queda já se teria iniciado. Os primeiros sinais do declínio da fecundidade, por outro lado, só começaram a manifestar-se em Portugal em finais dos anos 20. Esta demora foi responsável pelo crescimento demográfico havido em Portugal, pelo menos, desde finais do século XVIII, que foi maioritariamente absorvido pela migração internacional.
2. Dito crescimento foi moderado em alguma medida pelo baixo nível de partida da fecundidade antes do seu declínio que, por sua vez, devia muito à terceira característica.
3. Excepcionais restrições no acesso ao casamento: O elevado celibato e o casamento tardio — principalmente entre as mulheres e no Norte e ilhas — funcionaram em Portugal, até ao início dos anos 40, como um mecanismo de controle da procriação, sem sair do contexto das práticas de uma fecundidade natural com pouca limitação da reprodução dentro do casamento.

Para Oliveira (2007 b) foi o elevado nível da emigração, mais do que a restrição da nupcialidade, que permitiu que a fecundidade em Portugal continuasse alta por tanto tempo.

No caso do Brasil, não existem números precisos sobre o tamanho da população indígena antes da chegada dos europeus. As estimativas referentes a 1500 variam entre 0,5 e 10 milhões. Entre as estimativas consideradas mais plausíveis se encontram os 2,6 milhões estimados por Steward (1949), que se baseou no recenseamento de numerosos grupos tribais, relacionado a estimativas

com diferentes graus de confiabilidade dos séculos XVI e XVII, e os 2,4 milhões estimados por Hemming (1978), que se baseou numa resenha detalhada das fontes existentes, com diversas metodologias. Como não se sabe com precisão qual foi o número de partida, tampouco se sabe em detalhe qual foi a evolução da população indígena nos primeiros séculos depois da colonização, mas há um consenso de que ela sofreu uma queda extraordinária.

As contagens gerais de 1798 deram um total de 252 mil índios “pacificados”, ao passo que a contagem de 1819, que inclui também os índios não submissos, refere-se a 800 mil (Marcílio, 1990: 45). Com relação aos autóctones brasileiros – como para outras populações americanas –, os historiadores são desafiados a compreender a causa da depopulação indígena (Livi-Bacci, 2002: 143).

A Tabela 15.4, que sistematiza as principais estimativas relativas à população do Brasil entre 1550 e 1872, considera a população indígena apenas marginalmente. Os censos se restringem àqueles aldeados ou já razoavelmente integrados à população europeizada. No Censo de 1872, eles foram explicitamente reunidos aos caboclos, o que explicará certo “excesso” de índios em algumas províncias (Botelho, 1998: 68).

Tabela 15.4: As principais estimativas acerca do tamanho da população do Brasil, 1550-1872

Ano	População	Fonte	População	Fonte	População	Fonte
1550	15.000	Contreiras Rodrigues ¹				
1570	20.760	diversos autores ²				
1576	17.100	Contreiras Rodrigues				
1583	57.000	Pandiá Calógeras ³				
1585	29.400	G. Soares de Souza ⁴				
1600	100.000	Contreiras Rodrigues				
1660	184.000	Contreiras Rodrigues				
1690	242.000	Contreiras Rodrigues				
1700	300.000	Celso Furtado ⁵				
1766	1.500.000	1				
1770	2.502.000	Giorgio Mortara ⁶				
1775	2.666.000	Giorgio Mortara				
1776	1.788.480	7	1.900.000	Souza e Silva ⁸	2.700.000	Mortara
1780	2.523.000	1	2.841.000	G. Mortara		
1785	3.026.000	Giorgio Mortara				
1790	3.225.000	Giorgio Mortara				
1795	3.435.000	Giorgio Mortara				
1798	2.888.078	7	3.569.000	G. Mortara	3.800.000	7
1800	3.250.000	Celso Furtado	3.660.000	G. Mortara		
1805	3.900.000	Giorgio Mortara				
1808	2.424.463	Anônimo ⁹	4.000.000	Souza e Silva	4.051.000	Mortara
1810	3.617.900	1	4.000.000	Humboldt	4.155.000	Mortara
1815	2.860.525	Velloso de Oliveira ¹⁰	4.427.000	Mortara		
1817	3.300.000	Souza e Silva	4.541.000	Mortara		

Ano	População	Fonte	População	Fonte	População	Fonte
1819	4.396.132	Velloso de Oliveira imativa populacional baseada em mapas de população de 1909, 1815-18. Em seguida, estimou os acréscimos em função da ausência de crianças, da maior antiguidade de certos censos, e dos índios “bravios ou não aldeados”, segundo Souza e Silva.	4.657.000	Mortara	3.596.132 contados ¹¹	
1820	4.717.000	Mortara				
1823	3.960.866	Anônimo	4.899.000	Mortara		
1825	5.000.000	Souza e Silva	5.025.000	Mortara		
1827	3.758.000	Souza e Silva	5.154.000	Mortara		
1830	5.340.000	Souza e Silva	5.354.000	Mortara		
1834	3.800.000	Souza e Silva	5.690.000	Mortara		
1835	5.777.000	Mortara				
1840	6.233.000	Mortara				
1845	6.725.000	Mortara				
1850	8.000.000	Baptista de Oliveira	7.256.000	Mortara		
1854	7.677.800	Souza e Silva	7.711.000	Mortara		
1855	7.829.000	Mortara				
1860	8.448.000	Mortara				
1865	9.114.000	Mortara				
1867	11.780.000	Souza e Silva	9.396.000	Mortara		
1868	11.030.000	Souza e Silva	9.539.000	Mortara		
1869	10.415.000	Souza Brasil	9.686.000	Mortara		
1870	9.834.000	Mortara				
1872	9.930.478	Censo 1872				

1. Simonsen (1969); Ewbank (1856)

2. Somente a população branca. Pero de Magalhães Gândavo. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*. c.1570; Fernão Cardim. *Informação da Província do Brasil para Nosso Padre*. 1583; Fernão Cardim. *Narrativa Epistolar*. 1583; José de Anchieta. *Informação do Brasil e de suas Capitanias*. 1584; Gabriel Soares de Souza. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

3. Pandiá Calógeras, João (1938). *Formação Histórica do Brasil*

4. Somente a população branca. Gabriel Soares de Souza. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*

5. Furtado (1959)

6. Mortara (1942)

7. Alden (1963)

8. Souza e Silva, Joaquim N. (1870). *Investigações sobre o Recenseamento da População Geral do Império e de Cada Província de per si, Tentados desde os Tempos Coloniais até Hoje*

9. Autor Anônimo. Memória Estatística do Império do Brasil (1829). Obra oferecida ao Marquês de Caravelas, *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo LVIII, Parte 1

10. Velloso de Oliveira, Conselheiro Antonio Rodrigues. A Igreja do Brasil

11. O restante foi estimado

Fonte: <http://ideias.wikidot.com/modelo-de-evolucao-da-populacao-no-brasil-colonial>.

Muitas destas estimativas continuam incertas e estão sujeitas a contestações. Para o período de 1570-1700, por exemplo, Carrara (2014) faz uma crítica às estimativas de Contreiras Rodrigues. O mesmo vale para o ciclo do ouro que começa nos últimos anos do século XVII com a descoberta do ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás e Mato Grosso. Segundo Furtado (1959), no decorrer do século XVIII, entre 300 mil e 500 mil pessoas teriam imigrado como consequência da descoberta; Marcílio (1990) apresenta uma cifra intermediária, 400 mil, enquanto Rowland (1990) indica cerca de 9 mil ao ano durante o século XVIII. Boxer, entretanto, considera esses números exagerados e apresenta uma estimativa alternativa da ordem de 3-4 mil pessoas ao ano no auge do ciclo. Após 1720, com a introdução do passaporte, a imigração teria baixado para menos de 2 mil pessoas ao ano (Boxer, 1964: 49).

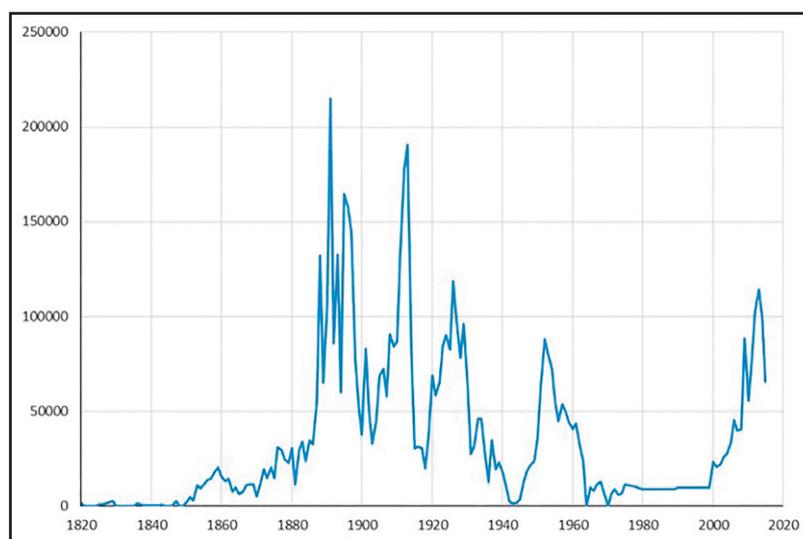
Merrick e Graham (1981) sistematizaram e reviram estatísticas em trabalhos clássicos de Mortara e outros autores, usando a retroprojeção e outras metodologias afins, o que possibilitou analisar o regime demográfico brasileiro e o início das suas transformações com o começo da transição demográfica.

Tabela 15.5: Componentes da dinâmica demográfica no Brasil, 1840-1940 (Taxas médias anuais por mil habitantes)

Período	Nascimentos	Mortes	Migração	Aumento	
	TBN	TBM	TBM	Total	Natural
1840-1870	46,5	32,3	1,0	15,2	14,2
1871-1890	46,6	29,5	2,0	19,1	17,1
1891-1900	46,0	27,8	6,0	24,2	18,2
1901-1920	45,0	26,4	2,2	20,8	18,6
1921-1940	43,5	24,8	1,8	20,5	18,7

Fonte: Merrick e Graham (1981): 58.

Gráfico 15.3: Imigração de estrangeiros para o Brasil, por ano 1820-2015



NB: Os dados referentes a 1975-2000 se baseiam em informação retrospectiva dos censos

Fonte: IBGE, Registros de entradas.

Rodarte (2012) estudou os perfis de domicílio em Minas Gerais durante a década de 1830, com base na nova tipologia de famílias proposta por Laslett em 1984. O estudo ateve-se à província de Minas Gerais pela limitação de fontes disponíveis, que correspondeu ao acervo de listas nominativas da década de 1830. O fato de Minas Gerais estar localizada num local mais central do território nacional e ter sido a província mais populosa permitem considerar que a história da família em Minas Gerais é, em grande medida, a história da família no Brasil.

Nessa tipologia de famílias antigas⁹, apesar de se basear em inúmeros atributos demográficos e pessoais dos seus integrantes, havia uma marcação clara pela inserção econômica da família. Em síntese (pela Tabela 15.6), os tipos que mais representavam a família na província eram as escravistas (21,6%) e as camponesas (24,3%). Mais restrito ao ambiente urbano, as famílias de autônomos (12,5%) contribuíam para distinguir esse espaço. Já as famílias de assalariados não representavam grande contingente, embora tivessem características muito marcadas. Outros quase 30% das famílias tinham características que combinavam aspectos dos perfis puros, ao passo que outros 7,6% eram um conjunto heterogêneo de famílias estranhas às formas anteriores de constituição¹⁰.

Tabela 15.6: Distribuição dos domicílios, segundo tipologia plurifuncional, em Minas Gerais, na década de 1830

Grupos de domicílios	Descrição dos perfis de domicílios	Distribuição	
		N.	%
Total		84.810	100,0
Perfis puros		53.602	63,2
	Camponês	20.631	24,3
	Autônomos	10.641	12,5
	Escravistas	18.346	21,6
	Assalariados	3.984	4,7
Perfis mistos		24.732	29,2
Amorfos		6.476	7,6

Fontes: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas da década de 1830. Rodarte (2012): 210.

Um dos aspectos mais importantes da história demográfica dos territórios colonizados por Portugal, particularmente do Brasil e de Angola, é a questão da escravatura. No caso do Brasil, o peso da escravatura na composição da população foi enorme: estima-se que em 1798 quase a metade da população consistia de escravos e outros 12% de pessoas livres de origem africana (Merrick e Graham, 1981: Tabela III-2; Simonsen, 1969).

⁹ Empregou-se o método de GoM – Grade of Membership – que utiliza lógica nebulosa (fuzzy) na construção de tipologias (Guedes et al., 2016).

¹⁰ A tipologia de famílias mineiras como representativa dos perfis de família no Brasil (Rodarte, 2012), de certa forma, contempla as famílias patriarcal (escravista), semipatriarcal, parapatriarcal (de camponeses) e antipatriarcal (as de autônomas, chefiadas por mulheres), na abordagem de Freyre (1963) e suas transformações com o crescimento dos grandes centros urbanos, ao final do período imperial (Freyre, 1961).

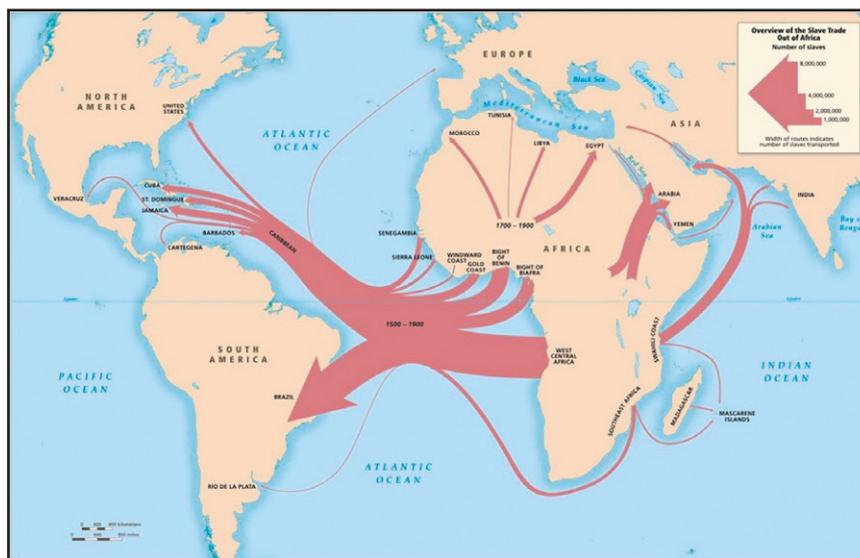
A Tabela 15.7, baseada no trabalho de Eltis e Richardson (2015), resume os principais fluxos do tráfico de escravos dos quais se tem conhecimento por meio dos manifestos de embarque e desembarque nos portos de origem e destino. A Figura 15.1 mostra os mesmos dados visualmente. De uma forma geral, os totais são mais altos do que os números mais antigos relatados, por exemplo, em Curtin (1969) que estimou o total geral em 9.566.100, dos quais 3.646.800 eram destinados ao Brasil. O tráfico atlântico de escravos para Portugal foi pouco significativo, mas mesmo assim Silva (2013) estima que entre 1440 e 1763 (a data da abolição em Portugal) entre 300 e 500 mil escravos foram importados, a grande maioria antes de 1600.

Tabela 15.7: Estimativas do tráfico atlântico de escravos

Século XVI	Europa	Am. do Norte	Caribe	Am. Espanhola	Brasil	África	Total
África Ocidental	83			158.971	573		159.627
África C-Ocidental	820			74.367	31.498		106.685
África Oriental							
Total	903			233.338	32.071		266.312
Século XVII	Europa	Am. do Norte	Caribe	Am. Espanhola	Brasil	África	Total
África Ocidental	2.591	14.550	473.465	85.530	93.844	3.737	673.717
África C-Ocidental	1.048	1.619	104.367	233.223	787.597	0	1.127.854
África Oriental	0	2.566	19.647	345	9.120	0	31.678
Total	3.639	18.735	597.479	319.098	890.561	3.737	1.833.249
Século XVIII	Europa	Am. do Norte	Caribe	Am. Espanhola	Brasil	África	Total
África Ocidental	6.250	283.256	2.808.684	111.960	830.536	1.706	4.042.392
África C-Ocidental	5	71.779	858.257	51.148	1.367.547	864	2.349.600
África Oriental	0	4.289	47.077	9.800	7.953	784	69.903
Total	6.255	359.324	3.714.018	172.908	2.206.036	3.354	6.461.895
Século XIX	Europa	Am. do Norte	Caribe	Am. Espanhola	Brasil	África	Total
África Ocidental		55.485	341.548	484.442	405.583	121.302	1.408.360
África C-Ocidental		35.140	80.489	276.856	1.678.045	39.904	2.110.434
África Oriental		3.697	2.361	104.603	319.823	10.604	441.088
Total		94.322	424.398	865.901	2.403.451	171.810	3.959.882
Total	Europa	Am. do Norte	Caribe	Am. Espanhola	Brasil	África	Total
África Ocidental	8.924	353.291	3.623.697	840.903	1.330.536	126.745	6.284.096
África C-Ocidental	1.873	108.538	1.043.113	635.594	3.864.687	40.768	5.694.573
África Oriental	0	10.552	69.085	114.748	336.896	11.388	542.669
Total	10.797	472.381	4.735.895	1.591.245	5.532.119	178.901	12.521.338

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>.

Figura 15.2: Visão geral do tráfico de escravos partindo da África, 1500-1900



Fonte: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>.

Desde os anos 70 do século passado está havendo muito interesse na dinâmica demográfica dos escravos. Em muitos dos lugares de destino, as populações de escravos não conseguiam se reproduzir em números suficientes para manter o tamanho da população, o que ocasionava uma necessidade constante de novas importações. O deficit era particularmente grande no Brasil. Merrick e Graham (1981: Cap. IV) mencionam que os EUA durante quatro séculos de escravatura importaram apenas 400 mil escravos (472 mil, segundo a Tabela 15.7), mas que em 1860 havia um total de 4 milhões de escravos no país, e contrapõem esses números aos do Brasil: 3,6 milhões (5,5 milhões, segundo a Tabela 15.7) escravos importados e apenas 1,5 milhões de sobreviventes em 1872. Na avaliação dos autores, “No fim, a escravidão não foi uma instituição demograficamente viável no Brasil, porque as perdas, através da mortalidade e alforria, superaram os aumentos provocados pela fecundidade e pelo comércio escravista” (Merrick e Graham, 1981: 90).

Em parte a diferença se explica pelas maiores taxas de alforria no Brasil, mas mesmo que as pessoas livres classificadas como pretos ou pardos sejam acrescentadas aos escravos, o total não passava de 5,7 milhões. Outro fator que pode explicar a baixa reprodução dos escravos (mas isso não só no Brasil) é que as mulheres claramente constituíam uma minoria entre os escravos. Segundo Lovejoy (1989), houve uma tendência ao aumento da proporção de homens e crianças entre os escravos que saíam da África. Enquanto no século XVII, as proporções de homens e mulheres eram relativamente equilibradas, com poucas crianças, no século XVIII a *África Ocidental e Central exportava duas vezes mais homens do que mulheres e no século XIX a percentagem de homens em certas partes do continente teria alcançado 70%*. Embora os dados sejam incompletos e possivelmente distorcidos (falta informação para muitas das embarcações), os números disponíveis na base de dados da Tabela 15.7 indicam que 66,2% dos escravos transportados para o Brasil entre 1502 e 1850 eram do sexo masculino, com um máximo de 86,4% entre 1701 e 1750. Ribeiro (2005: Tabela 11.1) reproduz a distribuição por sexo dos escravos despachados da Bahia para diferentes estados no período entre 1811 e 1820, que mostra um mínimo de 64,8% de homens para Pernambuco e um máximo de 85,9% para São Paulo. A coletânea de estatísticas demográficas

compilada por Bassanezi (1998) para São Paulo mostra que em 1836 a maioria (57,3%) dos escravos no estado eram homens, mas que havia exceções como Campinas, Cananeia, Guaratinguetá, Itanhaém, Jundiá e Mogi Mirim, onde predominavam as escravas femininas. Gutiérrez (1987) relata uma divisão equilibrada entre escravos dos dois sexos para a economia não exportadora do Paraná no início do século XIX.

As mulheres escravas também eram mais urbanas do que os homens e elas tinham maiores taxas de alforria. Por exemplo, Teixeira (2016) mostra que as mulheres constituíam 43,3% dos escravos, mas 53,4% dos alforriados em Mariana entre 1840 e 1888. Isso pode explicar porque Marcílio (1990: 55) encontrou um desequilíbrio de sexo moderado inclusive entre os escravos nascidos no Brasil, em cativo. Klein (1987, 1989) discute o efeito que este desequilíbrio pode ter tido sobre o potencial de reprodução dos escravos:

Todos estes vieses de idade e sexo dos africanos que migraram tinham impacto direto no crescimento e declínio das populações escravas americanas. A baixa proporção de mulheres que chegavam nos navios negreiros, o fato da maioria destas mulheres serem adultas de meia idade, que já haviam passado vários de seus anos fecundos na África, e o fato de poucas crianças serem trazidas para a América foram de fundamental importância na subsequente história do crescimento demográfico da população negra. Significava que os escravos africanos que chegavam na América não podiam se reproduzir. As mulheres que vinham à América haviam perdido um pouco de seu potencial dos anos reprodutivos, eram menos férteis e não poderiam propiciar uma geração maior do que a que chegava da África, Aquelas regiões americanas que experimentavam um pesado e constante fluxo de escravos teriam dificuldades em manter suas populações escravas, quanto menos aumentá-las, sem recorrer a mais migrantes. Entretanto, uma vez interrompida a migração africana, tomou-se possível o início de seu crescimento natural (com tanto que não houvesse emigração após a abolição) (Klein, 1989: 17).

Outros autores (Leff, 1974) questionam esta ideia e argumentam que os proprietários dos escravos simplesmente não tinham grande interesse em estimular a sua procriação, dado que era mais econômico extrair o máximo de trabalho do contingente que tinham e – no caso que morriam – substituí-los por novas compras..... até que a interrupção do tráfico de escravos em meados do século XIX acabou com esta possibilidade. Livi-Bacci (2002) sugere outra possibilidade:

O verdadeiro problema, porém, está na presumida explicação: comunidades de escravos constituídas há séculos deviam sobreviver devido à força contínua da alimentação do tráfico, mesmo porque havia alta mortalidade e baixa fecundidade. O desequilíbrio de sexo é uma consequência e não uma explicação. A experiência de grupos não escravos imigrados, com estrutura por sexo e idade semelhante à dos escravos importados, tem se mostrado oposta: não obstante o desequilíbrio dos sexos, o seu saldo natural apresenta-se fortemente positivo (Livi-Bacci, 2002: 152).

Outra explicação pela baixas taxas de reprodução da população escrava está nos maus tratos que sofriam e à consequente mortalidade elevada. As estimativas da mortalidade entre os escravos variam muito, mas Mello (1974, citado em Merrick e Graham, 1981), que empregou técnicas que serão explicadas no Capítulo 21, estimou a esperança de vida dos escravos masculinos por volta de 1872 em 18,26 anos, o que parece incrivelmente baixo, mas precisa ser interpretado no contexto de uma esperança de vida de apenas 27,40 anos para a totalidade da população da época. Estima-se que a vida ativa útil de um jovem escravo numa plantação variava de 7 a 15 anos (Costa, 1982; Schwartz, 1986). Em Rio Claro (SP), foi possível calcular a proporção de sobreviventes de um grupo de escravos com idade média de 23 anos entre 1822 e 1835 como 36%, o que significa uma mortalidade desastrosa (Dean, 1977: 85).

A lei provincial 46 de 1836 deu origem a uma produção de informações de registros vitais inédita e que possibilitará um maior entendimento sobre os regimes demográficos dessas populações pré-transicionais. Um primeiro uso dessas estatísticas encontra-se no trabalho de Oliveira (2018), em que se apresenta as desiguais condições de vida da população de Minas Gerais (resultante, entre outros elementos, pela escravidão)¹¹.

Tabela 15.8: Esperança de vida produzida por meio de tabelas de sobrevivência calculadas a partir dos dados observados, por qualidade e sexo, Minas Gerais, 1838, 65 paróquias

Qualidade	Homens	Mulheres
Branco	38,2	42,8
Pardos	27,6	35,9
Pretos	21,4	27,3
Total	28,9	34,8

Fonte: Mapas de óbitos de 1838 provenientes da Lei nº 46 e Listas Nominativas de População da década de 1830. Oliveira (2018): 85.

Além da mortalidade elevada, a fecundidade das mulheres escravas provavelmente era baixa. Na ausência de boas estatísticas vitais, para a população em geral, mas principalmente para os escravos, a Razão de Crianças / Mulheres (RCM) é uma das poucas medidas que podem ser usadas para quantificar a fecundidade. Entretanto, como já se observou na seção 10.10 do Capítulo 10, esta medida não é muito confiável em condições de alta mortalidade infantil. Teoricamente seria possível corrigir a influência da mortalidade infantil, mas como tampouco existem estimativas confiáveis da mortalidade infantil, o nível da fecundidade não pode ser estabelecido com precisão. Entretanto, a razão de crianças de 6-10 anos e mulheres de 16-40 anos era 0,57 para brancos, 0,50 para pardos livres e 0,35 para os escravos, o que certamente sugere uma fecundidade menor para os escravos (Merrick e Graham, 1981: Cap. IV).

Não há dúvida que os níveis de nupcialidade entre os escravos também eram mais baixos do que entre a população livre. Sobre este assunto, Livi-Bacci, baseando-se em Merrick e Graham (1981: Tabela IV.3), escreve o seguinte:

Os dados disponíveis confirmam a baixa nupcialidade dos escravos. O recenseamento de 1872 dá notícia de casamentos (excluídas uniões consensuais) segundo a raça e condição social. Mesmo faltando o detalhe da idade, as diferenças não deixam dúvidas: na população livre, 30% estavam casados (tanto homens como mulheres), assim como 26% dos mulatos e 20% dos negros; na população escrava a cota dos casados chegava apenas a 8%, quer para os negros, quer para os mulatos (Livi-Bacci, 2002: 153).

A dificuldade da interpretação desses números reside no fato de que as famílias dos escravos muitas vezes não obedeciam aos padrões convencionais de uniões. Não só havia pouco interesse dos donos em estimular os casamentos formais (que dificultavam a eventual venda do casal) mas também, devido à escassez de mulheres, não era incomum que uma mesma mulher tivesse vários parceiros. Para maiores detalhes sobre a forma de organização das famílias escravas, o leitor é referido aos trabalhos de Slenes (1976, 1987, 1999).

¹¹ As bases de dados de nascimentos, casamentos e óbitos geradas com a Lei 46 de 1836 está sendo gerada e disponibilizada virtualmente no site do NPHEd do Cedeplar (<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/revita-minas/>).

Do lado africano da equação, demorou muito tempo para que os efeitos demográficos da exportação de escravos chegassem a ser amplamente reconhecidos. Ainda na década de 60, Fage (1969) defendia que as mudanças ocorridas na evolução da população da África Ocidental foram decorrências de fatores internos à região e que o tráfico não teria sido capaz de ter um impacto significativo sobre as estruturas africanas. A dinâmica demográfica interna à região teria sido suficientemente forte para absorver, neutralizar e em alguma medida tirar proveito do comércio de escravos. Nos anos 80, Miller (1982) argumentou que mais do que o tráfico, teriam sido os ciclos de doença, seca e fome que provocaram mudanças estruturais negativas na demografia da região congo-angolana. Foi mais ou menos nessa época que a visão de uma África resistente aos efeitos do tráfico de escravos começou a ser questionada, sob a influência dos trabalhos de autores como Davidson (1961) e Rodney (1972).

Estima-se que a população africana em 1850, que era de aproximadamente 50 milhões, poderia ter sido o dobro deste número na ausência dos efeitos diretos e indiretos do tráfico de escravos. Além dos efeitos diretos da retirada de um número significativo de indivíduos da região, o desequilíbrio dos sexos no tráfico de escravos – ou seja, a contraparte do fenômeno nos países de destino descrito acima – também teve efeitos significativos que têm sido investigados por autores como Fage (1980), Thornton (1980) e Manning (1981). Tanto Miller (1988) como Corrêa (2018) relatam razões de sexo extremamente baixas (abaixo de 40 em 1806-07, no caso do Presídio de Cambambe) no interior da Angola. Bertocchi e Dimico (2015) analisaram dados distritais sobre a incidência atual de poliginia e a intensidade histórica do tráfico de escravos e encontram uma forte correlação positiva, o que sugere que a poliginia foi uma resposta à falta de homens. Nunn (2008) mostra que até hoje há uma correlação negativa e significativa entre a renda *per capita* dos países africanos da atualidade e a importância histórica do seu tráfico de escravos. Curto e Gervais (2001) relacionam as flutuações marcadas da população de Luanda, e particularmente o declínio da população entre 1781 e 1844, com as vicissitudes da demanda por escravos no Brasil. Segundo os seus dados, esse declínio afetou particularmente as mulheres escravas. Menz e Lopes (2018) mostram um declínio da população de Angola e Benguela que alcançou o seu mínimo na década de 1810, justamente quando o tráfico de escravos, que esteve em contínua expansão desde o início do século XVIII, alcançou o seu máximo de pouco mais de 20.000 por ano. Curto (1999) interpretou o forte crescimento populacional que ocorreu em Luanda no período seguinte, entre 1844 e 1866, como uma consequência da abolição do tráfico atlântico de escravos e o desenvolvimento de outras formas de comércio.

Segundo Amaral (1968), a concentração de todos os esforços no tráfico de escravos para o Brasil e o uso de Angola como depósito de penal para prisioneiros de Portugal e do Brasil foram os dois principais fatores que promoveram o crescimento de Angola. Calcula-se que só entre 1648 e 1769, Angola tenha perdido cerca de 2.075.700 habitantes, que foram escravizados e desse total, 462.000 teriam saído de Luanda. Por volta de 1730, a população branca de Luanda era de apenas 150 pessoas. Pouco mais de um século depois, em 1845, a população era 1.601 brancos, 491 pardos (475 livres e 16 escravos) e 3.513 pretos (780 livres e 2.733 escravos). Como já foi indicado na seção 2.4 do Capítulo 2, existe uma literatura bastante extensa sobre as cidades de Luanda e Maputo, já que estas cidades eram os centros da colonização, onde vivia a maior parte da população branca. Além dos trabalhos citados anteriormente, Brockey (2008) trata da evolução destas e outras cidades africanas desde uma perspectiva mais histórica.

As estimativas das populações históricas dos PALOP resultantes de todos estes processos variam mais ainda do que aquelas do Brasil. A melhor aproximação provavelmente é aquela baseada em métodos de retroprojeção, conforme a explicação na seção anterior. A Tabela 15.9 reproduz as estimativas de Frankema e Jerven (2014), mas os resultados obtidos por Manning (2010 e 2013 a) são muito parecidos. Entretanto, as estimativas para Moçambique citadas em Francisco (2010), com base no trabalho de Maddison, são mais baixas: 1 milhão em 1500, 2,096 milhões em 1820 e 3,807 milhões em 1891. Não existem números semelhantes para os outros PALOP. Comparando os números de 1870 e 1880 com as cifras oficiais reproduzidas por Matos (2017) para 1875 (Angola: 433.397; Guiné-Bissau: 6.154; Moçambique: 93.000), fica evidente que a cobertura dessas últimas era muito limitada. A qualidade da informação melhorou a partir dos censos nacionais de 1930 em diante, mas já na década de 1960 ela começou a ser afetada pelas lutas de libertação, cujo efeito demográfico foi avaliado por Pélissier (1974). As situações posteriores de guerra dificultaram uma avaliação correta da situação demográfica dos países afetados até 1991 na Guiné-Bissau, 1997 em Moçambique e 2014 em Angola.

Tabela 15.9: Estimativas das populações de Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Moçambique, 1850-1950

Ano	Angola	Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique
1850	2.428.947	210.508	108.342	4.752.372
1860	2.602.345	216.909	115.021	4.752.372
1870	2.790.355	225.743	122.112	4.705.061
1880	2.934.373	242.052	130.934	4.611.803
1890	3.085.151	259.540	140.393	4.658.129
1900	2.935.019	278.291	133.530	4.475.122
1910	2.708.492	298.397	120.762	4.129.729
1920	2.602.082	316.792	113.709	3.967.482
1930	3.019.823	367.650	129.386	4.604.425
1940	3.470.252	422.487	145.778	5.291.209
1950	4.148.000	505.000	226.000	6.324.595
1960	5.012.000	554.000	252.000	7.528.595

Fonte: Frankema e Jerven (2014).

Como já se mencionou na seção 2.6 do Capítulo 2, a migração de Portugal para as colônias na África nunca foi particularmente significativa, raramente superando 5% do número total de emigrantes. Um dos primeiros trabalhos para descrever o processo foi o de Amaral (1960). Mais recentemente, Castelo (2007) atualizou a descrição, particularmente as diferentes iniciativas por parte das autoridades portuguesas para promover o assentamento das colônias desde a metrópole. Até 1920 houve apenas medidas isoladas que previam a criação de colônias agrícolas, como a de Moçâmedes (1849-1850), na atual Província de Namibe. Esta última contou, inclusive, com uma imigração brasileira em pequena escala (Rodrigues, 2013). Na década de 1920 ocorreram incentivos à colonização branca em Angola, mas estes foram suspensos na década seguinte, por motivos orçamentais e a apreensão pela possibilidade de gerar desemprego entre a mão de obra europeia não especializada.

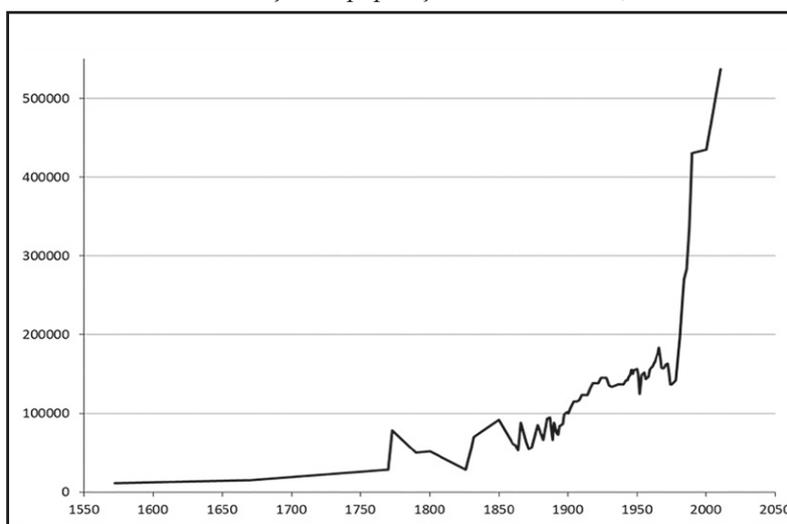
A situação mudou após a II Guerra Mundial, quando a ideologia luso-tropicalista deu outro ímpeto ao povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole. O I Plano de Fomento criou e financiou projetos de povoamento rural, como os colonatos-modelo da Ceta (Angola) e do Limpopo (Moçambique). Embora as décadas de 50 e 60 fossem as em que mais aumentou a população branca de Angola (ver Tabela 15.1), no início da década de 60 tornou-se evidente que o assentamento ficou aquém das metas, a produção agrícola era insatisfatória e a expropriação das terras das populações autóctones gerava conflitos raciais. Tentou-se uma nova estratégia de fixação, por meio das Juntas Provinciais de Povoamento (JPP) de Angola e Moçambique, mas nas palavras da autora, “apesar das enormes verbas investidas pelas JPP, o número de metropolitanos (colonos e suas famílias) fixados era ridiculamente baixo: tanto em Angola como em Moçambique menos de 1% da população europeia ali residente. (...) Constata-se que a constituição de colonatos mistos foi um mero expediente de propaganda. Além de serem poucos em número, também não conseguiram afirmar-se como locais de integração e harmonia multirracial” (Castelo, 2007: 161). Apesar da defesa da ideia da mestiçagem como método “pacífico” de colonização, as uniões mistas foram raras: “Curiosamente, o estigma social sobre a miscigenação reforçou-se numa altura em que, por via do luso-tropicalismo, se exaltava a propensão do português para a relação de amor (e não de interesse) com as gentes dos trópicos” (Castelo, 2007: 291). No final de 1973, na véspera da Independência, a população branca que residia permanentemente em Angola e Moçambique era de aproximadamente meio milhão. A maior parte desta população voltou para Portugal depois da Independência, onde eram conhecidos como os “retornados” (Pires et al., 1984; Amaro, 1985; Cónim, 1985; Peralta, 2019). Depois da Independência, a migração de portugueses para as ex-colônias diminuiu muito, mas ainda persiste em países como Angola, onde tem aumentado em anos recentes (Åkesson, 2016; Sangreman, Lopes e Galito, 2015; Candeias et al., 2016, 2019), e Moçambique (Matos, 2009).

A literatura relativamente abundante que existe sobre a migração portuguesa para Angola e Moçambique e sua reversão nos anos 70 contrasta com uma ausência quase completa de análises sobre a emigração – numericamente mais importante – de populações nativas para países vizinhos que parece ter acontecido em Angola durante a década de 60 e em Moçambique durante a década de 80. Fituni (1985: 32) menciona que em Angola “na década de 60 e inícios da de 70 verificou-se que a taxa de crescimento demográfico não ia além de 1,66% (i.e. um aumento anual de 94.000 indivíduos). Tal facto deve-se ao aumento da incidência nefasta da exploração colonial e é o resultado directo da subalimentação crónica geral, das péssimas condições de vida e de trabalho, da falta de assistência médico-sanitária elementar etc., que abrangia a maioria da população autóctone”. Entretanto, a baixa taxa de crescimento do país parece não ter sido uma consequência de um aumento da mortalidade ou diminuição da fecundidade, mas de uma emigração maciça, para escapar dos efeitos da guerra de Independência. Ao mesmo tempo em que a população branca de Angola aumentou em mais de cem mil (Tabela 15.1), a Divisão de População das Nações Unidas estima, na sua Revisão de 2019, que houve uma emigração líquida de quase 900.000 pessoas de Angola durante a década de 60. O mesmo não aconteceu em Moçambique, mas Moçambique teve uma emigração líquida ainda maior (mais de 1,7 milhões, segundo as estimativas da ONU) durante a década de 80, como consequência do conflito interno. A história destes movimentos migratórios em grande medida fica por ser escrita.

A evolução da população de Cabo Verde, retratada no Gráfico 15.4, que não faz parte das estimativas de Manning ou Frankema e Jerven, foi marcada por diversas crises de subsistência. Houve crises de fome, geralmente provocadas pelas secas, em 1580-82, 1690, 1719 (na Ilha de Santiago), 1746, 1748-50, 1754, 1764, 1773-75, 1776, 1789, 1791, 1810, 1831, 1833, 1854-57, 1901-4 e 1916-18. Algumas destas crises contam com pouca documentação, mas a de 1773-75, que é considerada a mais mortífera do século XVIII, foi amplamente retratada. As descrições mencionam que as pessoas comeram os seus animais domésticos e venderam tudo que possuíam, inclusive os escravos, chegando a vender o próprio corpo como escravo. Existem até registros de necrofagia e antropofagia. A mortalidade chegou a ser tão alta que faltou mão de obra para a produção de alimentos (Medina, 2009). A crise de 1810 também teve a sua origem na seca, mas foi agravada pelas guerras da época. O mesmo aconteceu em 1916-18. A crise de 1831 foi aliviada pela ajuda dos EUA que mandaram oito navios carregados de mantimentos. A crise de 1901-04 foi agravada pelo aparecimento de epidemias de varíola e varicela. Todos estes episódios ilustram o que Brito (1963: 21) chama a “natureza cíclica” da evolução da população de Cabo Verde, marcada por uma “alternância regular de períodos de depressão e progresso”.

Entretanto, o processo demográfico que mais influenciou a evolução demográfica de Cabo Verde foi a migração internacional. As estimativas variam, mas como foi mencionado no Capítulo 2, o número de cabo-verdianos residindo no exterior pode chegar a meio milhão (Carling, 2004), mais do que a população residente no país. Os principais países de destino têm sido os EUA, Portugal, Angola, Países Baixos, Guiné-Bissau e Senegal. Ao lado da migração voluntária, historicamente também houve uma componente significativa de migração forçada. Carreira (1983) e Ishemo (1995), por exemplo, mencionam que entre 1902 e 1970 quase 80 mil cabo-verdianos foram reassentados em São Tomé & Príncipe, como parte da estratégia colonial de desenvolvimento de uma economia de plantação naquele território, enquanto números menores foram deslocados a Angola, Moçambique e até mesmo Timor-Leste. Depois da Independência de Cabo Verde em 1975 a emigração para Portugal e outros países europeus diminuiu, mas mesmo assim o Censo de 2000 mostrou que 12.206 pessoas saíram do país entre 1995 e 2000 (Carvalho, 2010).

Gráfico 15.4: Evolução da população de Cabo Verde, 1572-2010



Fonte: Medina (2009): Figura 2 e Censos Demográficos de 2000 e 2010.

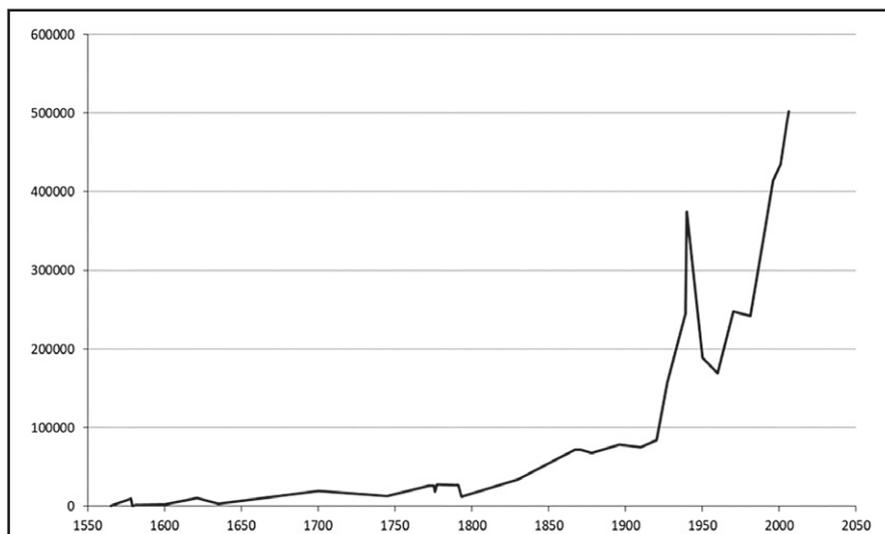
Cardoso (2015) contrasta a evolução de Cabo Verde, particularmente no que diz respeito à migração, com a de São Tomé & Príncipe que, apesar da semelhança das situações iniciais, teve uma história bastante diferente:

O povoamento de São Tomé e Príncipe por europeus, após a descoberta em 1470, enfrentou dificuldades em resultado da sua pouca resistência às doenças tropicais. O aproveitamento da ilha em termos económicos esteve na base de um complexo sistema de recrutamento de mão-de-obra. Se inicialmente era apenas um entreposto de escravos, ainda durante os séculos XV e XVI passou a ser também um local de produção de açúcar. Foi a época da Primeira Colonização das ilhas, em que a atividade económica se organizou em torno de “roças”, estruturas dedicadas à monoprodução daquela mercadoria. A transferência da produção açucareira para a América, onde era conseguido um açúcar de melhor qualidade, levou a que o arquipélago entrasse numa fase de certa letargia, confinado ao reabastecimento de navios e ao tráfico de escravos até 1888, ano em que este foi oficialmente extinto pela coroa portuguesa. No século XIX surgiu o interesse pela produção de café e cacau e o território foi reativado em termos económicos em torno destas produções de exportação. Foi a época da Segunda Colonização. A imigração, embora com carácter forçado, esteve na base de todo o processo de desenvolvimento das ilhas desde o seu descobrimento (na 1ª fase como escravatura, na 2ª fase como contratação em termos mais ou menos formais). Com a independência, houve a nacionalização das “roças” e a criação de grandes empresas agrícolas geridas pelo Estado. A incapacidade de gestão dessas unidades e o seu abandono após a liberalização económica, na década de 90, levou a um declínio da produção, quer de culturas de exportação quer da agricultura como base da sustentabilidade económica do arquipélago. Este processo, apesar da implementação de vários programas e projetos, ainda não foi revertido (Cardoso, 2015).

A história demográfica de Timor-Leste tem sido pouco investigada. Matos (2017) reproduz os números populacionais oficiais produzidos pelas autoridades portuguesas para 1776 (52.327), 1800 (112.345), 1840 (232.774) e 1875 (294.157), mas estes números sofrem dos problemas conhecidos dos censos coloniais. Lahmeyer (www.populstat.info) cita um número de 463.800 habitantes para 1936, supostamente baseado num censo. As estatísticas só começam a ser um pouco mais consistentes a partir de 1950, quando a Divisão de População (Revisão de 2019) estima uma população de 414.754 para o país, cifra que teria aumentado para 629.227 em 1975. Do ponto de vista da utilização dos métodos da demografia histórica, um período de interesse especial, apesar de ser relativamente recente, é o de 1975 a 1999, quando o país foi ocupado pela Indonésia. Esse interesse se deve ao genocídio que se verificou durante a época e cuja extensão não se deixa estabelecer com métodos convencionais. Já foi mencionado o censo dos cemitérios encomendado pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) em 2003-04. Outras avaliações foram feitas por Cribb (2001), Kiernan (2003), Waddingham (2003) e, usando métodos indiretos de estimação, por Staveteig (2007).

Para completar o quadro, o Gráfico 15.5 mostra a evolução da população de Macau. Os números provêm de fontes diversas com graus de precisão variados e são reproduzidos sem maiores comentários.

Gráfico 15.5: Evolução da população de Macau, 1565-2006



Fonte: Cónim e Teixeira (1998): Quadro II.

15.5 BASES DE INFORMAÇÃO SOBRE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Até relativamente pouco tempo, o trabalho do demógrafo historiador envolvia passar muito tempo em arquivos poeirentos, juntando documentos em mau estado de conservação para extrair daí um mínimo de informação sobre os padrões demográficos do passado. Em anos recentes a tarefa começou a ser facilitada pelo desenvolvimento de softwares que ajudam no processamento da informação, mas principalmente pela passagem de muitos dos arquivos históricos ao formato digital. Por outro lado, conceitos e práticas ligados ao “data mining” começaram a ser usados por historiadores (ver, por exemplo, Manning, 2013 b).

Assim, se por um lado, a lista as fontes da demografia histórica não conheceu acréscimo significativo em meio século, como se percebe ao ler as fontes listadas por Hollingsworth (1969), por outro lado, estas fontes tornaram-se mais acessíveis com a disponibilização progressiva de bancos de dados digitais, com acesso pela internet. A possibilitar na atualidade, nos termos ressaltados por Ruggles (2012), um extraordinário florescimento do estudo da família no passado e da demografia histórica em geral. Outro projeto global que pretende socializar o acesso a muitos dados históricos que até recentemente só estavam acessíveis em arquivos físicos é o Collaborative for Historical Information and Analysis (CHIA), formado em 2011, que procura sinergias na investigação de temas históricos que envolvem mais de um país, como o tráfico de escravos.

No âmbito dessa tendência, que combina mudança cultural na relação dos historiadores com seus dados, no sentido de crescente empenho pela ampla socialização de suas fontes, com as revolucionárias transformações tecnológicas proporcionadas pela internet, a experiência internacional mais exitosa resultou no Integrated Public Use Microdata Series (<http://www.ipums.org>), que, já descrito no Capítulo 4, compreende microdados referentes a mais de 100 países, e que em 2011 abarcava mais de 750 censos e pesquisas (Ruggles, 2012: 424-425). Entre outras plataformas de bases de dados demográficos internacionais destaca-se a North Atlantic Population Project, com

censos a partir de 1850, para os EUA, Grã-Bretanha, Canadá e outros países do Atlântico Norte (<https://www.nappdata.org/napp>), e o Mosaic (<http://www.censusmosaic.org>).

Sobre as populações históricas dos países de língua portuguesa, uma das bases principais de dados que estão disponíveis na internet é a base mantida pela Universidade Nova de Lisboa no seu projeto *Counting Colonial Populations: Demography and the Use of Statistics in the Portuguese Empire 1776-1890* (<http://colonialpopulations.fcsh.unl.pt/>). Os principais objetivos do projeto são: 1) identificar os padrões demográficos para todo o império português em um século, de 1776 a 1875; e 2) explicar o uso pelo estado das estatísticas demográficas no período. Além de fontes demográficas disponíveis, no site do projeto encontram-se relações de estudos e artigos publicados, entre outras informações.

No Brasil, para o século XX, o IBGE tem crescentemente disponibilizado estudos e microdados dos censos e pesquisas de sua produção. Entre eles, destaca-se a publicação *Estatísticas do Século XX* do IBGE (2007a), uma coletânea de principais dados e indicadores demográficos, tais como população por idade e sexo, esperança de vida ao nascer, escolaridade no país e subáreas administrativas, desde o primeiro Censo brasileiro, em 1872. A publicação contém um conjunto amplo de tabelas digitalizadas encontradas em CD-ROM que pode ser acessado no mesmo endereço eletrônico do livro¹².

Para o século XIX, o site do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do CEDEPLAR – NPHEd (<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>) disponibiliza, desde 2010, por meio de um software de consulta, o fragmento do Censo da Província de Minas Gerais da década de 1830, formado pela compilação das listas nominativas de 1831-32 e 1838-41. Trata-se de microdados com mais de meio milhão de indivíduos, 84,8 mil fogos (domicílios), que representam cerca de 10% da população estimada brasileira (e de entre 60 a 65% dos habitantes de Minas Gerais). Dois anos depois, o NPHEd disponibilizou, também por meio de software de consulta, os dados do primeiro Censo Nacional, de 1872, inclusive na sua versão corrigida dos erros de soma e de tipografia. Em relação aos registros paroquiais, desde 2012, o site e aplicativo NACAOB (<http://www.nacaob.com.br/>) disponibiliza e facilita a análise de bases de dados de nascimentos, casamentos e óbitos.

¹² Também no endereço (<ftp://ftp.ibge.gov.br/>) resultados e publicações de outras pesquisas estão disponibilizadas. Vários outros documentos digitalizados podem ser obtidos na biblioteca digital do IBGE (<https://biblioteca.ibge.gov.br/sobre-a-biblioteca.html>).